

Eternit S.A.- Em recuperação judicial

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2017 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Eternit S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Eternit S.A.

Demonstrações contábeis, individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório da administração	1
Demonstrações financeiras, individuais e consolidadas	
Balancos patrimoniais	20
Demonstrações do resultado	21
Demonstrações do resultado abrangente	22
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	23
Demonstrações dos fluxos de caixa	24
Demonstrações dos valores adicionados	25
Notas explicativas às demonstrações financeiras	26
Conselho de administração, diretoria e contador	88
Parecer do conselho fiscal	89
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	91

ETERNIT S.A. – Em Recuperação Judicial

Relatório da Administração de 2017

Prezados Acionistas,

A Administração da Eternit S.A. – Em Recuperação Judicial (“Eternit” ou “Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da ETERNIT S.A., acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em Reais, conforme a Legislação Societária e Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS.

Em decorrência de a Companhia exercer o controle em conjunto da Companhia Sulamericana de Cerâmica (CSC) com a Companhia Colombiana de Cerâmica S.A. – empresa do Grupo Corona (multinacional colombiana), o resultado da CSC é considerado nas informações contábeis consolidadas com base no método da equivalência patrimonial, conforme previsto no CPC 19R2 (IFRS 11).

1. Breve histórico

A Eternit, fundada em 1940 e com registro em Bolsa desde 1948, está listada no Novo Mercado desde 2006, nível máximo de governança corporativa da B3. A Companhia atua nos segmentos de telhas de fibrocimento e concreto, mineração do crisotila, fibras de polipropileno, soluções construtivas, louças sanitárias, entre outros produtos.

2017 – O ano da reestruturação

Com o objetivo de melhorar a rentabilidade das unidades de negócios, a Companhia iniciou em 2017 um plano geral de reestruturação de suas operações. As principais ações foram:

- a) **Renovação da diretoria executiva:** eleição do Sr. Luis Augusto Barcelos Barbosa para CEO do Grupo Eternit e do Sr. Rodrigo Ângelo Inácio para a Diretoria Comercial em substituição aos ex-executivos, além dos desligamentos dos Diretores de Mineração e de Recursos Humanos.
- b) **Redução da estrutura de mão-de-obra direta e indireta:** redução da mão de obra direta e indireta para adequar a operação fabril tendo em vista a redução da produção e dos níveis de estoques para atender a demanda de mercado. Também foram adequadas as estruturas comercial e administrativa para o novo porte da Companhia. O Grupo Eternit encerrou o exercício de 2017 com cerca de 1.600 colaboradores diretos (cerca de 2.000 colaboradores diretos no final de 2016)¹.
- c) **Redesenho da área comercial:** a área comercial passou por uma grande reformulação, desde a substituição das gerências regionais quanto a centralização da administração de vendas em São Paulo. O objetivo deste redesenho é o aumento do market-share em regiões específicas, ampliação do número de pontos de revenda, retomada do clube de arquitetos para alavancar as vendas do canal B2C (específico para telhas de concreto) além de praticar melhor precificação de seu portfólio com a criação da área de Pricing.

¹ Dados não contemplam a *joint venture* Companhia Sulamericana de Cerâmica.

- d) **Foco na área de Supply chain:** Em busca de maior sinergia e ganho de escala em seus negócios de atuação, a Companhia criou um modelo corporativo para o processo de aquisição de matérias-primas, insumos, logística e planejamento de produção para todas as unidades do Grupo Eternit com gerências exclusivas para estas áreas.
- e) **Substituição do amianto nas telhas de fibrocimento:** A Eternit decidiu substituir a utilização da matéria prima amianto crisotila por fibras sintéticas, na produção de telhas de fibrocimento. A mudança será concluída até o mês de dezembro de 2018. Em linha com o seu planejamento estratégico, a Companhia já iniciou o redirecionamento do seu portfólio de produtos e negócios, em busca de uma melhor adequação às demandas do mercado e de um crescimento sustentável. Atualmente, apenas a unidade de Anápolis utiliza o amianto na produção de telhas.
- f) **Redirecionamento da produção total do amianto para mercado externo:** A produção de fibras de amianto crisotila pela SAMA vem sendo gradualmente direcionada para o mercado externo, atendendo clientes em outros países aonde o produto é permitido, tais como Alemanha, Estados Unidos, Índia e etc. A reserva mineral conhecida e prospectada é para mais 35 anos de vida útil.
- g) **Elevação da taxa de ocupação de Manaus:** A unidade de Manaus, responsável pela fabricação de fibras de polipropileno, elevou sua capacidade produtiva de 25% para 85% ao mês. Este volume é direcionado em sua maior parte ao Grupo Eternit para a fabricação de telhas de fibrocimento, em substituição ao amianto crisotila. Há produção suficiente para atender todas as unidades fabris da Companhia e ainda a demanda de terceiros, entres eles, fabricantes de telhas de fibrocimento, com possibilidade de atender outros segmentos de materiais de construção.
- h) **Encerramento das unidades deficitárias da controlada Tégula:** Com o objetivo de atuar em mercados com maior rentabilidade operacional, a unidade de negócio de telhas de concreto concentrou sua operação na unidade de Atibaia/SP, tendo a possibilidade de atender eventuais demandas de regiões das unidades desativadas. Foram encerradas em fevereiro de 2017 quatro fábricas nos Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás e Bahia.
- i) **Outros produtos:** maior atuação com a criação de equipes dedicadas para comercializar a linha de outros produtos como soluções construtivas, caixas d'água de polietileno e metais para cozinhas e banheiros cuja participação ainda é insipiente no faturamento da Companhia. Neste sentido foi reestruturada a área de inovação para a pesquisa e desenvolvimento de novos produtos no segmento de materiais de construção.
- j) **Louças sanitárias:** A Companhia redirecionou a comercialização de louças para mercados com melhor rentabilidade, principalmente, os mercados das regiões Nordeste e Norte e nos Estados onde estão instaladas as fábricas de fibrocimento em função da sinergia logística. Também incrementou seu portfólio com produtos para os segmentos de médio e médio luxo com o objetivo de melhorar o *mix* de produtos, além de dedicar operações spots para exportação e O&M como segmentos complementares para diluição de custo fixo.
- k) **Pedido de recuperação judicial** da Eternit em conjunto com suas controladas e controlada em conjunto (ação tomada em 2018, conforme divulgado mais abaixo).

Parte desta reestruturação incorreu em custos não recorrentes no exercício de 2017, a seguir:

Eventos não recorrentes (R\$ mil)	2015	2016	2017
Reestruturação ¹	-	1.522	20.671
Quebra de produto oriunda de novas tecnologias ²	-	2.156	7.547
Gastos de paradas excepcionais ³	-	7.606	12.003
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas ⁴	-	-	8.473
Provisão para destinação resíduos ⁵	-	-	9.017
Provisão para perda de ativo imobilizado ⁶	-	-	7.397
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques ⁷	-	-	2.163
Perda estimada por não recuperabilidade de ativos – Ágio ⁸	-	3.436	16.558
Perda estimada por não recuperabilidade de ativos – impairment ⁹	-	18.109	127.150
Total itens não recorrentes	-	32.829	210.979

- 1) Custos com rescisão de colaboradores decorrentes da reestruturação;
- 2) Quebra de produto oriundo de novas tecnologias em função de maior participação de fibras sintéticas no fibrocimento;
- 3) Paradas não programadas para adequar os níveis de estoques com a demanda de mercado;
- 4) Majoração de valores referente a contingências, de períodos anteriores, decorrente de acidente de trabalho;
- 5) Provisão para a destinação de resíduos de telhas contendo o amianto crisotila em sua composição, os quais eram reutilizados no processo produtivo. Os resíduos são originados do processo de quebra ou devoluções e essa reutilização tem sido reduzida gradativamente de acordo com a produção de telhas com fibra sintética;
- 6) Perda estimada dos ativos relacionados ao amianto no processo produtivo em função da sua não recuperabilidade decorrente da substituição da matéria-prima;
- 7) Perda estimada de estoque decorrente de itens obsoletos em função de alteração da política da Companhia;
- 8) Perda estimada do ágio decorrente da sua não recuperabilidade de acordo com a rentabilidade futura desta unidade geradora de caixa;
- 9) Impairment – Perda estimada por não recuperabilidade de ativos das unidades geradoras de caixa de fibrocimento, telhas de concreto e mineração.

Recuperação Judicial

Em 19 de março de 2018, conforme divulgado por meio de Fato Relevante, a Companhia ajuizou, em conjunto com suas controladas e controlada em conjunto, Pedido de Recuperação Judicial (“pedido”) perante a Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05. O pedido complementa uma série de medidas administrativas e operacionais que já vinham sendo adotadas pela Companhia, foi aprovado ad referendum pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada na mesma data.

O pedido tem o intuito de atender ao melhor interesse de todas as sociedades que integram o Grupo Eternit, em especial:

- (i) preservar a continuidade das atividades do Grupo Eternit e sua função social, com o cumprimento dos compromissos assumidos com seus clientes;
- (ii) preservar, de forma organizada e responsável, os interesses e direitos de seus fornecedores, credores e acionistas; e
- (iii) proteger o caixa do Grupo objetivando mitigar riscos operacionais.

O pedido de Recuperação Judicial se deve, principalmente:

- (i) a persistente deterioração dos fundamentos da economia, que afetaram drasticamente os setores de construção civil e louças sanitárias, justamente os mercados atendidos pelo Grupo,
- (ii) as discussões legais acerca da extração, industrialização, utilização, comercialização, transporte e exportação do amianto, que vêm impactando as operações do Grupo e limitando o acesso da Companhia à concessão de novas linhas de crédito; e
- (iii) a queda na demanda e nos preços de venda do amianto, nos mercados nacional e internacional, reduzindo a rentabilidade.

O pedido foi deferido pela justiça em 16 de abril de 2018 e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 11 de abril de 2018.

A reestruturação associada ao processo de recuperação judicial é a preparação da Eternit para os próximos anos, no qual a Administração busca iniciar um novo momento com modernidade, inovação e cuidado no relacionamento com todos os seus públicos, adequando sua estrutura ao perfil da Companhia e com foco na rentabilidade dos seus negócios.

2. Governança Corporativa

Em busca constante pela transparência e equidade no relacionamento com todas as partes relacionadas (*stakeholders*), o modelo de governança corporativa adotado pela Eternit está baseado nas melhores práticas do mercado. O principal objetivo deste modelo é viabilizar a atuação da Companhia de maneira responsável e sustentável em todas as comunidades em que está inserida, de forma a gerar valor para acionistas, mercado de capitais e todos os demais públicos, com respeito integral à Legislação Societária Brasileira, com o cumprimento de todos os dispositivos constantes do Regulamento de Listagem no Novo Mercado da B3.

A estrutura de governança corporativa da Eternit é composta pelo Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, Diretoria e as áreas de Auditoria Interna e Controles Internos. A Companhia conta com auditoria externa, realizada por empresa independente, substituída no máximo a cada cinco anos, conforme determinação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Com o objetivo de fortalecer suas práticas de governança corporativa, a Companhia instituiu as áreas de Compliance e Gestão de Riscos nas operações do Grupo Eternit.

O Conselho Fiscal, órgão não permanente e independente do Conselho de Administração e da Diretoria instalado desde 2013, busca fiscalizar a Companhia, acompanhando os atos dos administradores e o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.

Em dezembro de 2017, A Eternit realizou uma Assembleia Geral Extraordinária para adaptar seu Estatuto Social às novas regras do Regulamento do Novo Mercado, que entraram em vigor em 02/01/2018, sendo uma das pioneiras de seu segmento de listagem a fazer a adaptação.

3. Conjuntura e Mercado 2017

Segundo o Copom², a atividade econômica segue em trajetória de retomada gradual, evidenciada pelos aumentos trimestrais consecutivos na margem do PIB, do resultado positivo da atividade industrial, expansão do consumo das famílias, gradativa recuperação da confiança dos consumidores e pelas melhores condições no mercado de trabalho.

De acordo com este cenário e as perspectivas positivas em relação à continuidade da retomada da economia, as projeções para o crescimento anual do PIB, foram periodicamente revisadas ao longo de 2017. O PIB em 2017 foi de 1,0%³ e o PIB da construção civil fechou em -5,0%³, frente a 2016. A projeção para o PIB de 2018 é 2,8%⁴ e para o PIB da construção civil é 1,5%³, em comparação com o ano de 2016.

A ABRAMAT⁵ registrou uma retração de 4% nas vendas de materiais de construção em 2017 e uma redução de 5,7% do total de colaboradores empregados pelas empresas associadas à entidade, apontando a cadeia da construção como sendo um termômetro da situação econômica do País. Para 2018, a ABRAMAT projeta crescimento de algo em torno de 1,5% em relação a 2017 e espera que a recuperação do setor, já iniciada, seja de forma lenta e mais forte no varejo de materiais e que a demanda do segmento de construção imobiliária se intensifique a partir do segundo semestre.

Ao longo do ano de 2017 a Companhia adequou sua operação com a redução da produção e dos níveis de estoque para atender a demanda de mercado, tanto na mineração do crisotila quanto na linha de produtos acabados, que contempla a produção de fibrocimento e telhas de concreto.

² Copom: Comitê de Política Monetária do Banco Central

³ BACEN: Relatório de Inflação do Banco Central do Brasil.

⁴ BACEN: Relatório FOCUS do Banco Central do Brasil

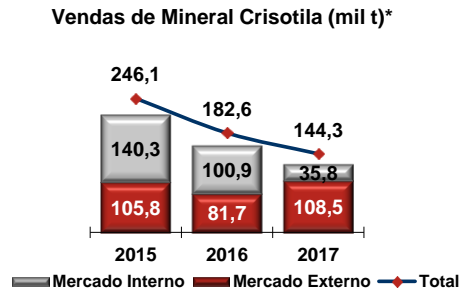
⁵ ABRAMAT: Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção.

4. Desempenho Operacional

Mineral Crisotila

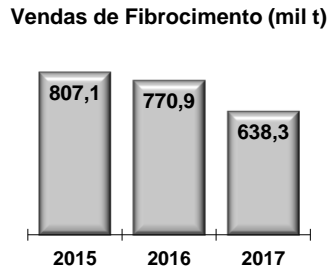
As vendas totalizaram 144,3 mil toneladas em 2017, inferiores em 21,0% frente a 2016, reflexo da menor utilização do amianto na fabricação de telhas no mercado interno, enquanto as vendas para o mercado externo cresceram 32,8%, em função da estratégia da Companhia de direcionar sua produção para o exterior e das ações comerciais aplicadas, especialmente nos mercados asiáticos.

A SAMA manteve sua participação, em 2017, entre as três maiores mineradoras no mercado mundial de produção do crisotila.



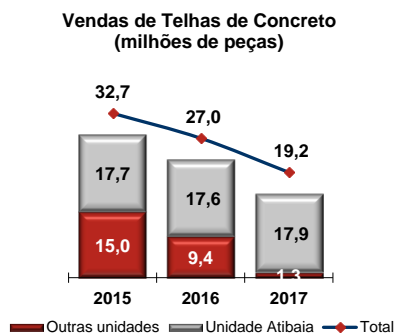
Fibrocimento

Em 2017 as vendas atingiram 638,3 mil toneladas, retração de 17,2% em relação ao ano de 2016, devido ao baixo desempenho do setor de materiais de construção, reflexo da redução da taxa de desemprego, o maior responsável pelo adiamento de reformas. A Eternit manteve a liderança no mercado brasileiro de telhas de fibrocimento em 2017.



Telhas de Concreto

Com o objetivo atender os mercados com maior rentabilidade operacional, a Companhia reestruturou a controlada Tégula, em fevereiro de 2017, e passou a operar somente com a unidade de Atibaia/SP. Desta forma, o volume vendido da unidade de Atibaia em 2017 permaneceu praticamente estável quando comparado a 2016, apesar do baixo desempenho do setor de materiais de construção, além do adiamento das obras pelos consumidores de média e alta renda que impactaram, principalmente, o primeiro semestre de 2017.



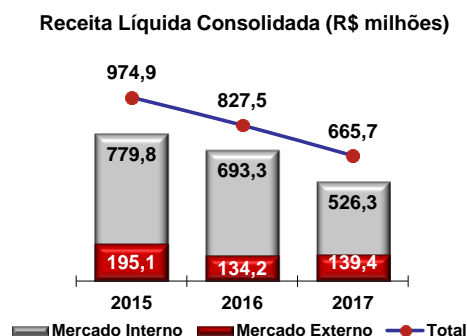
A Tégula manteve a liderança no mercado brasileiro de telhas de concreto apesar da redução de market-share em função da reestruturação da Tégula.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Receita Operacional Líquida

A receita líquida atingiu R\$ 665,7 milhões no ano, redução de 19,5% em relação a 2016. A receita do mercado interno retraiu 24,1%, impactada por menores volumes de vendas em seus segmentos de atuação, neutralizando integralmente as ações de reposicionamento de preço de telhas de fibrocimento. No mercado externo, a receita apresentou aumento de 3,9%, reflexo das ações de direcionar a produção para o mercado externo e a comercialização de um mix mais nobre, apesar da depreciação de 8,4% do dólar frente ao real (comparação entre PTAX médio do período 2017 x 2016).

Neste período, a receita líquida consolidada era composta por 67% de fibrocimento, 25% de mineral crisotila, 5% de telhas de concreto e acessórios, e 3% de outros (como metais sanitários, caixas d'água de polietileno, soluções construtivas, dentre outros).



Custos dos Produtos e Mercadorias Vendidos e dos Serviços Prestados

Com o objetivo de operar de forma mais competitiva e eficiente, a Administração tem trabalhado fortemente para readequar a estrutura fabril e de custos fixos da Companhia. Os custos dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados recorrentes totalizaram R\$ 480,2 milhões no ano de 2017, 14,5% menor em relação a 2016, consequência da redução das vendas em seus segmentos de atuação, da adequação de capacidade industrial para operar em linha com a demanda de mercado, apesar das pressões de custos decorrentes de inflação. Como consequência, a margem bruta recorrente foi de 28% no ano, retração de 4 pontos percentuais na comparação entre os períodos 2017 x 2016.

No ano de 2017, incorreram R\$ 21,7 milhões de custos não recorrentes (R\$ 9,8 milhões em 2016) referente à estratégia de conciliar a demanda de mercado com a redução dos níveis de estoques, ensejando gastos com paradas excepcionais, quebras no processo produtivo em função de maior participação de fibras sintéticas na fabricação de telhas, e perda estimada de estoque decorrente de itens obsoletos em função de alteração da política da Companhia.

R\$ mil	2015	2016	2017
Custos dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados	(598.115)	(571.616)	(501.929)
Eventos não recorrentes			
Quebra de produto oriunda de novas tecnologias	-	2.156	7.547
Gastos de paradas excepcionais	-	7.606	12.003
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques	-	-	2.163
Custos dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados recorrentes	(598.115)	(561.854)	(480.216)

Despesas Operacionais

Em linha com o programa estruturado de redução do SG&A, a Companhia apresentou redução de 27,8%, no ano de 2017, nas despesas totais recorrentes, sendo as mais relevantes em (i) comissões e despesas variáveis de vendas decorrente dos menores volumes vendidos; (ii) ações de marketing; e (iii) serviços prestados decorrentes de renegociações de contratos com fornecedores, apesar de maiores gastos de outras (despesas) receitas operacionais, devido à (i) provisão para contingências trabalhistas de acordo com a estimativa provável de desembolso futuro da Companhia; (ii) maiores gastos com indenizações trabalhistas; e (iii) provisão não recorrente para destinação adequada de resíduos de telhas contendo o amianto crisotila em sua composição, os quais reutilizava em seu processo produtivo. Os resíduos são originados do processo de quebra ou devoluções e essa reutilização tem sido reduzida gradativamente de acordo com o plano de reestruturação do Grupo.

A Companhia deu continuidade ao processo de reestruturação nas áreas industrial, comercial e administrativa, resultando num gasto não recorrente de R\$ 20,7 milhões com verbas rescisórias em 2017.

Em R\$ mil	2015	2016	2017
Despesas com vendas	(114.704)	(106.593)	(76.545)
Despesas gerais e administrativas*	(118.405)	(100.661)	(76.748)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(23.844)	(8.392)	(39.465)
Total das despesas operacionais	(256.953)	(215.646)	(192.758)
Evento não recorrente			
Reestruturação	-	1.522	20.671
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	8.473
Provisão para destinação resíduos	-	-	9.017
Total das despesas operacionais recorrentes	(256.953)	(214.124)	(154.597)

* Contempla a rubrica de Remuneração da Administração.

Resultado da Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial refere-se ao resultado da fábrica de louças sanitárias no Estado do Ceará, a joint venture Companhia Sulamericana de Cerâmica (CSC). No ano de 2017, o resultado negativo de equivalência patrimonial foi R\$ 28,6 milhões contra R\$ 29,3 milhões no mesmo período no ano anterior.

A leve melhoria no resultado é reflexo do desempenho industrial com ganho contínuo de produtividade e do desenvolvimento de novos clientes, porém, ainda foi impactado pela atual situação econômica do País enfrentada pelos clientes, que consomem, principalmente, itens de menor valor agregado.

A CSC vem gradativamente aumentando sua participação no mercado de louças sanitárias com foco nas regiões Norte e Nordeste.

Resultado Financeiro Líquido

Em 2017 o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 16,4 milhões, inferior em 19,8% frente ao mesmo período de 2016, em função do efeito líquido de variação cambial, decorrente das operações em moeda estrangeira da Companhia e menores encargos financeiros por conta da redução do endividamento.

Em R\$ mil	2015	2016	2017
Despesas financeiras	(108.735)	(71.235)	(39.176)
Receitas financeiras	85.209	50.742	22.734
Resultado financeiro líquido	(23.526)	(20.493)	(16.442)

A estratégia de proteção para o risco de câmbio consiste na obtenção do *hedge* natural, ou seja, a busca do equilíbrio mensal dos ativos e passivos em moeda estrangeira entre as empresas do Grupo.

EBITDA Ajustado

No ano de 2017 o EBITDA ajustado e recorrente atingiu R\$ 43,7 milhões, redução de 52,3% frente a 2016, em função de uma provisão pontual de contingências trabalhistas e perdas de estoques no valor de R\$ 9,8 milhões, além da baixa utilização da capacidade industrial, retração das vendas, principalmente o crisotila no mercado interno.

Para minimizar os impactos negativos no EBITDA, a Companhia iniciou em 2017 o processo de reestruturação para adequar as suas unidades de negócios resultando na redução de 27,8% das despesas operacionais recorrentes. Como consequência, a margem EBITDA ajustada e recorrente reduziu 4 pontos percentuais quando comparada a 2016 e encerrou o ano em 7%.

Reconciliação do EBITDA consolidado (R\$ mil)	2015	2016	2017
Prejuízo líquido do exercício	29.421	(37.682)	(276.389)
Imposto de renda e contribuição social	39.196	9.955	31.443
Resultado financeiro líquido	23.526	20.493	16.442
Depreciação e amortização	39.401	38.572	35.607
EBITDA¹	131.544	31.338	(192.897)
Resultado da equivalência patrimonial	27.661	29.337	28.629
Eventos não recorrentes			
Reestruturação	-	1.522	20.671
Quebra de produto oriunda de novas tecnologias*	-	2.156	7.547
Gastos de paradas excepcionais**	-	5.707	8.948
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	8.473
Provisão para destinação resíduos	-	-	9.017
Provisão para perda de ativo imobilizado***	-	-	7.397
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques	-	-	2.163
Perda estimada por não recuperabilidade de ativos – Ágio	-	3.436	16.558
Perda estimada por não recuperabilidade de ativos – impairment	-	18.109	127.150
EBITDA ajustado e recorrente²	159.205	91.605	43.656

*Quebra de produto oriundo de novas tecnologias em função de maior participação de fibras sintéticas no fibrocimento

** Não contempla o valor de depreciação de parada excepcional

***Perda estimada dos ativos relacionados ao amianto no processo produtivo em função da sua não recuperabilidade decorrente da substituição da matéria-prima

¹ O EBITDA consolidado contempla o resultado da joint venture Companhia Sulamericana de Cerâmica (CSC) de acordo com o método da equivalência patrimonial e eventos não recorrentes, em linha com a instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 527 de 04 de outubro de 2012.

² O EBITDA ajustado e recorrente é um indicador utilizado pela Administração para analisar o desempenho econômico operacional nos negócios controlados integralmente pela Companhia, excluindo o resultado da equivalência patrimonial devido à CSC ser uma empresa de controle compartilhado (joint venture) e seus dados não serem consolidados, além dos eventos não recorrentes.

Prejuízo Líquido

No exercício a Eternit registrou prejuízo líquido recorrente de R\$ 88,3 milhões, em função dos aspectos comentados no EBITDA, apesar da melhoria do resultado de equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido.

A margem líquida recorrente retraiu 12 pontos percentuais e encerrou o período em -13%.

Prejuízo líquido (R\$ mil)	2015	2016	2017
Prejuízo líquido do exercício	29.421	(37.682)	(276.389)
Eventos não recorrentes			
Reestruturação	-	1.522	20.671
Quebra de produto oriunda de novas tecnologias	-	2.156	7.547
Gastos de paradas excepcionais	-	7.606	12.003
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	8.473
Provisão para destinação resíduos	-	-	9.017
Provisão para perda de ativo imobilizado***	-	-	7.397
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques	-	-	2.163
Perda estimada por não recuperabilidade de ativos – Ágio	-	3.436	16.558
Perda estimada por não recuperabilidade de ativos – impairment	-	18.109	127.150
Efeito IR/CSLL**	-	(3.837)	(22.872)
Prejuízo líquido recorrente	29.421	(8.690)	(88.282)

*Quebra de produto oriundo de novas tecnologias em função de maior participação de fibras sintéticas no fibrocimento

**Efeito do IR/CSLL sobre os eventos não recorrentes, desconsiderando o ajuste a valor de realização de estoque, que se refere à controlada em conjunto – CSC e a perda estimada por não recuperabilidade de ativos e provisão para reestruturação.

***Perda estimada dos ativos relacionados ao amianto no processo produtivo em função da sua não recuperabilidade decorrente da substituição da matéria-prima

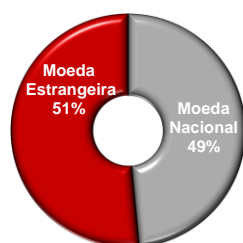
Endividamento

A Companhia encerrou 2017 com uma dívida líquida de R\$ 68,7 milhões, redução de 41,0% frente a 2016, em função das amortizações de NCE⁶ e FINIMP⁷ no valor de R\$ 26,9 milhões, e do aumento dos recursos disponíveis em função da geração do fluxo de caixa livre. Em 31 de dezembro de 2017, as disponibilidades da Eternit eram de R\$ 28,8 milhões contra R\$ 7,9 milhões de 2016.

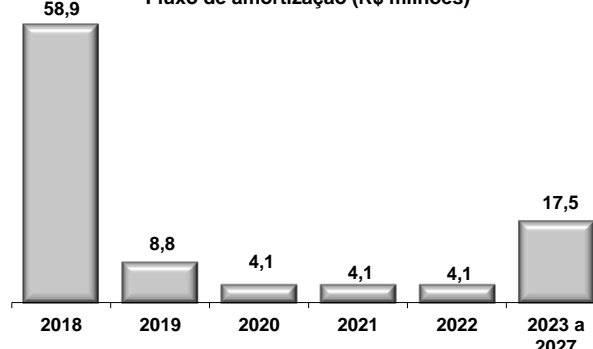
As aplicações financeiras remuneradas com uma taxa média ponderada de 102,4% da variação do CDI⁸.

Endividamento - R\$ mil	31/12/17	31/12/16	Var. %	30/09/17	Var. %
Dívida bruta - curto prazo	58.888	69.288	-15,0%	60.459	-2,6%
Dívida bruta - longo prazo	38.570	55.079	-30,0%	39.683	-2,8%
Total da dívida bruta	97.458	124.367	-21,6%	100.142	-2,7%
Caixa e equivalentes de caixa	(6.957)	(5.143)	35,3%	(5.651)	23,1%
Aplicações financeiras	(21.805)	(2.708)	705,2%	(21.033)	3,7%
Caixa e aplicações financeiras	(28.762)	(7.851)	266,3%	(26.684)	7,8%
Dívida líquida	68.696	116.516	-41,0%	73.458	-6,5%
EBITDA ajustado e recorrente (últimos 12 meses)	43.656	91.605	-52,3%	44.655	-2,2%
Dívida líquida / EBITDA ajustado e recorrente x	1,57	1,27	-	1,65	-
Dívida líquida / Patrimônio Líquido	40,3%	25,3%	-	16,6%	-

Origem da Dívida (%)



Fluxo de amortização (R\$ milhões)



A dívida em moeda estrangeira, em 2017, estava 100% protegida naturalmente com as operações de contas a receber das exportações do crisotila.

⁶NCE: Nota de Crédito à Exportação

⁷FINIMP: Financiamento à Importação

⁸CDI: Certificado de Depósito Interbancário

Do fluxo de amortização previsto para o ano de 2018, 75,4% está atrelado às contas a receber da exportação.

CAPEX

No ano de 2017, os investimentos somaram R\$ 10,4 milhões, redução de 34,0% quando comparado com o ano anterior, sendo destinados à manutenção e atualização do parque industrial do Grupo.

Valor Adicionado

O valor adicionado do ano totalizou R\$ 68,1 milhões, 78,7% menor em relação a 2016. Deste montante, foram destinados R\$ 165,6 milhões aos colaboradores, R\$ 117,0 milhões aos governos federal, estadual e municipal na forma de impostos e contribuições, R\$ 61,9 milhões referente a remuneração de capital de terceiros e R\$ 276,4 milhões referente a remuneração de capitais próprios.

6. Mercado de Capitais

A Eternit possui registro em Bolsa desde 1948 e, desde 2006, tem suas ações negociadas no Novo Mercado, nível máximo de governança corporativa da B3, sob o código ETER3, e faz parte de três índices de negociação de ações na Bolsa, sendo: IGCX (Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada), IGC-NM (Índice Governança Corporativa – Novo Mercado) e ITAG (Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado).

Com capital pulverizado, sem acordo de acionistas ou grupo controlador, a base acionária da Companhia manteve alta concentração de acionistas pessoas físicas, sendo composta em 31 de dezembro de 2017 por 83,0% de pessoas físicas, 3,2% de investidores estrangeiros e 13,8% de pessoas jurídicas, clubes, fundos de investimentos e fundações. Em dezembro de 2017, apenas três acionistas detinham mais de 5% de participação, totalizando aproximadamente 33,8% do total de ações.

A base acionária finalizou o ano de 2017 com 9.845 acionistas, ou seja, uma redução de 8,2% em relação ao número de acionistas registrados em 2016. O *free float* da Companhia encerrou o ano de 2017 em 99,6%, excluindo as ações em tesouraria e detidas pela Administração, conforme metodologia do Regulamento do Novo Mercado.

Em 31 de dezembro de 2017, a ação da Eternit encerrou cotada a R\$ 0,92/ação, sendo o valor de mercado da Companhia de R\$ 164,7 milhões.

Remuneração aos Acionistas

O Estatuto Social da Eternit prevê dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após as deduções legal e estatutária. Face aos resultados obtidos em 2017, não houve distribuição de proventos no período.

Importante ressaltar que a política de dividendos da Companhia, conforme o Estatuto Social, permanece inalterada, entretanto, novas distribuições ocorrerão a partir da obtenção de resultados positivos.

7. Capital Humano

O capital humano é fundamental para a implementação das estratégias de negócio e essa relevância é reconhecida pela Eternit e suas controladas em diversas iniciativas de gestão de pessoas. Por essa razão, busca investir em seus colaboradores e valorizá-los. O esforço nesse âmbito é reconhecido pelo mercado: a Eternit e a SAMA foram listadas nos principais rankings de gestão de pessoas nos últimos anos, vide mais em Reconhecimentos.

Ao final do exercício, a Companhia contava com cerca de 1.600 colaboradores diretos e aproximadamente 2.000 em 2016, incluindo estagiários e aprendizes⁹.

8. Questão Jurídica do Amianto Crisotila no Brasil

O uso do amianto crisotila no Brasil é regulamentado pela Lei Federal n.º 9.055/95, Decreto n.º 2.350/97 e normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Também está previsto na Convenção 162 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF)

Primeiramente é importante esclarecer que a questão jurídica referente as Leis Estaduais e Federal que regulam a atividade do amianto crisotila no Brasil tramitam perante o Supremo Tribunal Federal (“STF”) desde 2001.

O tema foi retomado pelo STF em agosto de 2017 tendo a Companhia divulgado fato relevante, em 25 de agosto de 2017, por força do resultado do julgamento das ADIs n.º 4066 e 3937 sobre a legalidade do uso do amianto crisotila no Brasil. No referido julgamento, conforme fato relevante, a Lei Federal não foi considerada inconstitucional. Já a Lei do Estado de São Paulo foi declarada constitucional com a proibição do uso do amianto no Estado.

Dada a divergência de interpretações na mídia sobre o resultado do julgamento do STF das ADI’s n.º 4066 e 3937 a Companhia esclareceu, em comunicado ao mercado divulgado em 25 de agosto de 2017, que a proibição do uso do amianto só tem efeito no Estado de São Paulo e não em todo o território nacional. Desta forma, a referida decisão não causou nenhum impacto nas operações da Companhia, pois a Eternit já cumpre a Lei 12.684/2007 do Estado de São Paulo, que proíbe o uso do amianto neste território. Para os demais Estados da Federação, as atividades permanecem normais, de acordo com a legislação vigente.

Em 29 de novembro de 2017, o plenário do STF julgou a ADI que tinha por objeto a constitucionalidade da Lei do Estado do Rio de Janeiro. Nesta sessão, o STF julgou a Lei constitucional e também declarou incidentalmente inconstitucional o artigo 2º da Lei Federal n.º 9.055/95 com efeito “erga omnes” e vinculante, ou seja, que se estendem a todos os Estados da Federação tornando a Lei Federal inconstitucional.

Em função da publicação da decisão do julgamento no STF referente a declaração incidental de inconstitucionalidade do artigo 2º da Lei Federal n.º 9.055/95, a Companhia paralisou as atividades das suas controladas SAMA (mineradora) e Precon Goiás (fabricante de telhas de fibrocimento), em 05 de dezembro de 2017, conforme fato relevante. Adicionalmente a Eternit informou que acompanhará eventuais embargos de declaração que poderão ser opostos pela entidade representativa do setor para, posteriormente, se posicionar de forma definitiva sobre a consequência de tal decisão nas atividades da Companhia.

Em 21 de dezembro de 2017, a Eternit informou que foram suspensos os efeitos da decisão de 29 de novembro de 2017 do STF, no que se refere ao efeito “erga omnes”. Até a oposição dos embargos de declaração, a decisão valerá apenas nos Estados que proíbem ou vedam o uso do amianto como matéria prima. Diante da decisão de permissão para os demais estados, a Companhia retomou as atividades de suas controladas SAMA (mineradora) e Precon Goiás (fabricante de telhas de fibrocimento) até que haja a publicação do acórdão e fluência do prazo para oposição dos embargos de declaração, nos termos do despacho. Posteriormente, a empresa se posicionará de forma definitiva.

Até o momento da divulgação das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não houve a publicação do acórdão e fluência do prazo para oposição dos embargos de declaração.

⁹ Dados não contemplam a *joint venture* Companhia Sulamericana de Cerâmica.

Ações Cíveis Públicas

Ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho

Nos últimos anos, o Ministério Público do Trabalho (“MPT”) ajuizou diversas Ações Cíveis Públicas (“ACP”) contra a Companhia tendo por objeto: (i) ambiente de trabalho; (ii) questões ambientais e de saúde ocupacional e (iii) substituição do amianto crisotila, dentre outros. Seguem abaixo o status de cada ACP em referência.

- a) **ACP de São Paulo:** Ajuizada em agosto de 2013 referente a unidade da Eternit no município de Osasco/SP, cujas atividades foram encerradas em 1993. Dentre os diversos pedidos, o MPT requereu o pagamento de R\$ 1 bilhão a título de dano moral coletivo. O Juízo de primeira instância julgou parcialmente procedente a ação para condenar a empresa no valor de R\$ 100 milhões, não acolhendo o pedido do MPT que era de R\$ 1 bilhão. A empresa apresentou recurso ordinário contra a decisão do Juízo de primeira instância que condenou a empresa em R\$ 100 milhões, tendo o Tribunal Regional do Trabalho reformado a decisão, em dezembro de 2016, excluindo integralmente a condenação a título de dano moral. Outros pedidos requeridos pelo MPT a título de dano moral individual também foram reformados, tendo sido reduzidos pelo TRT. A Eternit apresentou recurso de revista contra a decisão não reformada tendo sido o negado seguimento ao recurso. A empresa apresentará recurso de agravo para que o recurso seja apreciado pelo Tribunal Superior do Trabalho (“TST”).
- b) **ACP do Rio de Janeiro:** Ajuizada em agosto de 2014 referente a unidade do Rio de Janeiro/RJ. Dentre os diversos pedidos, o MPT requereu o pagamento de R\$ 1 bilhão a título de dano moral coletivo. O Juízo de primeira instância julgou parcialmente procedente a ação para condenar a empresa no valor de R\$ 30 milhões, não acolhendo o pedido do MPT que era de R\$ 1 bilhão. A empresa apresentou recurso ordinário contra a decisão do Juízo de primeira instância, que condenou a empresa em R\$ 30 milhões, tendo o Tribunal Regional do Trabalho reformado a decisão, em novembro de 2017, majorando a condenação a título de dano moral para R\$ 50 milhões. A Eternit apresentará recurso de revista contra a decisão perante o TST.
- c) **ACP do Paraná:** Ajuizada em março de 2017 referente a unidade do município de Colombo/PR. Dentre os diversos pedidos, o MPT requereu o pagamento de R\$ 85 milhões a título de dano moral coletivo. A referida ação encontra-se em fase de instrução processual.
- d) **ACP da Bahia:** Ajuizada em setembro de 2017 referente a unidade do município de Simões Filho/BA. Dentre os diversos pedidos, o MPT requereu o pagamento de R\$ 225 milhões a título de dano moral coletivo. A referida ação encontra-se em estágio inicial tendo a Eternit apresentado sua defesa.

Ajuizadas pelo Ministério Público Estadual

- a) **ACP Consumerista:** Ajuizada em setembro de 2008, pelo Ministério Público Estadual do Estado do Rio de Janeiro (“MPE/RJ”) onde requer que a Eternit: (i) se abstenha de comercializar, no Estado do Rio de Janeiro, produtos que contenham amianto branco, (ii) prestar indenização no valor mínimo de R\$ 1 milhão a reverter para o Fundo de Reconstituição de Bens Lesados (iii) reparar danos materiais e morais que venham a ser reclamados por cada consumidor. A ação foi julgada improcedente pelo Juízo de primeira instância tendo o Tribunal de Justiça (“TJ”) acolhido recurso apresentado pelo MPE reformando a decisão para condenar a Eternit a pagar R\$ 1 milhão a título de dano moral coletivo, acrescido de juros e multa e retroagindo a data da publicação da lei estadual. A Eternit apresentou embargos de declaração que esse encontra pendente de julgamento até a presente data.

Ajuizadas pelo Ministério Público Federal

As duas Ações Cíveis Públicas apresentadas abaixo foram ajuizadas pelo Ministério Público Federal (“MPF”) em face da SAMA, da União Federal, do Estado da Bahia e dos seus Municípios de Bom Jesus da Serra, Caetanos e Poções. Esta ACP se refere à mina de São Felix, onde a SAMA encerrou

formalmente as suas atividades em 1967, ressaltando que a atividade desenvolvida pela SAMA no local era devidamente regulamentada e teve a sua licitude reconhecida em conformidade com a legislação vigente no País à época.

- a) **ACP da Bahia (questões de saúde):** Ajuizada em maio de 2009. Dentre os diversos pedidos, o Ministério Público Federal (“MPF”) requereu o pagamento de R\$ 20 milhões a título de dano moral coletivo e posteriormente, antes da sentença, o MPF requereu ao Juízo a condenação da empresa no valor de R\$ 500 milhões. O Juízo de primeira instância acolheu o pedido do MPF e condenou a SAMA ao valor pleiteado posteriormente, após a fase de instrução processual. A empresa apresentou recurso ordinário que ainda não foi apreciado pelo Tribunal Regional Federal (“TRF”). Paralelamente a apresentação do recurso ordinário, o MPF deu início a execução provisória do julgado, requerendo o bloqueio do ativo não circulante e do lucro líquido da controlada SAMA até o limite de R\$ 500 milhões, sob pena de não o fazendo ser direcionado o cumprimento à sua Controladora Eternit, sendo acolhido pelo Juízo de primeira instância.

Caso prevaleçam os valores de condenação das ações acima, a Companhia poderá ter problemas de continuidade na operação no longo prazo. A Companhia está tomando as medidas legais cabíveis perante os Tribunais para tentar reverter as referidas ações.

9. Eventos Subsequentes

Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

O Ministério Público do trabalho do Estado da Bahia distribuiu, em fevereiro de 2018, perante a Vara do Trabalho de Simões Filho execução, no valor de R\$ 42.635 mil mais custas, sob a alegação de que a Companhia teria descumprido TAC assinado em 2002. Nesse contexto, a Companhia apresentou exceção de pré-executividade por entender que a execução não tem fundamentos e indicou sucessivamente dois imóveis e suas benfeitorias, situado nas cidades de Simões Filho/BA e Anápolis/GO, em garantia da referida execução. O processo se encontra em estágio muito inicial, tendo os assessores jurídicos estimado como possível a probabilidade de perda dos pedidos definitivos da execução.

Recuperação Judicial

Em 19 de março de 2018, conforme divulgado por meio de Fato Relevante, a Companhia ajuizou, em conjunto com suas controladas e controlada em conjunto, pedido de recuperação judicial perante a Comarca da Capital do Estado de São Paulo, conforme detalhado mais acima.

O pedido foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 11 de abril de 2018 e deferido pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo em 16 de abril de 2018. As informações referentes ao processo estão disponíveis no website da CVM e de relações com investidores da Eternit.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado em geral informados e divulgará oportunamente, na forma da legislação e regulamentação vigentes, demais informações relativas ao processo de recuperação judicial.

Adiantamento de contrato de exportação Sama

Subsequentemente ao encerramento do exercício de 2017, a controlada Sama, obteve das instituições financeiras contratos de empréstimos na modalidade de Adiantamento de contrato de exportação (ACE) no montante total de R\$53.828. Os contratos foram firmados com três diferentes instituições financeiras, sendo, Banco Bradesco R\$34.731, Banco do Brasil R\$15.805 e Banco Safra R\$ 3.292 com prazos de vencimento entre fevereiro e agosto de 2018.

Ação Civil Pública de Vitória da Conquista/BA

Foi publicada, em 10 de abril de 2018, a decisão de primeira Instância proferida pela 1ª Vara da Justiça Federal de Vitória da Conquista/BA, em face de sua controlada SAMA S.A. – MINERAÇÕES ASSOCIADAS - em Recuperação Judicial (“SAMA”), nos autos da Ação Civil Pública (“ACP”) ajuizada pelo Ministério Público Federal (“MPF”) e pelo Ministério Público do Estado da Bahia, a fim de apurar danos ambientais supostamente existentes na antiga mina de São Felix, município de Poções/BA.

Dentre os pedidos do MPF, o mais relevante, e que foi atendido pelo Juízo Federal, foi a fixação de indenização por dano moral ambiental coletivo no montante de R\$ 31 milhões e decretação de indisponibilidade do ativo não-circulante da SAMA, com o bloqueio de distribuições de lucros até o limite da referida condenação judicial. Tal decisão judicial foi proferida em primeira Instância, podendo ser objeto de recursos, não sendo, portanto, definitiva.

Segundo seus assessores jurídicos, a imposição judicial já foi contestada por meio de embargos de declaração e será objeto de apelação ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Ainda segundo a assessoria jurídica responsável pela referida ACP, a probabilidade de perda é considerada como possível além da condenação ser desproporcional e em desacordo com os parâmetros legais vigentes.

A ACP se refere à mina de São Felix, que teve operação encerrada em 1967, com o cumprimento de todas as medidas técnicas e jurídicas vigentes à época, ressaltando que a atividade ali exercida era devidamente regulamentada e licenciada pelas autoridades competentes e conforme o previsto na legislação em vigor no País à época.

10. Perspectivas

De acordo com o relatório de Inflação de dezembro de 2017 do Banco Central (BACEN), a economia brasileira demonstra recuperação gradual, refletida no resultado positivo da atividade industrial, expansão do consumo das famílias, gradativa recuperação da confiança dos consumidores e pelas melhores condições no mercado de trabalho. Em linha com este cenário a projeção para 2018 do PIB é 2,8% segundo relatório FOCUS de 20/04/2018 e o PIB da construção civil de 1,5%, conforme relatório de Inflação.

Para o setor de materiais de construção, a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (ABRAMAT) projeta crescimento de 1,5% para 2018 (frente a 2017) e espera que a recuperação do setor, já iniciada, seja de forma lenta e mais forte no varejo de materiais neste ano. A demanda do segmento de construção imobiliária deverá se intensificar no médio prazo, a partir do segundo semestre.

Segundo a ANAMACO¹⁰, fatores como a aprovação da reforma tributária; aumento da confiança do consumidor e as mais de 64 milhões de moradias existentes no Brasil que se deterioram pela ação da chuva e do tempo, gerando uma demanda natural por material de construção, devem influenciar positivamente o setor em 2018.

A Companhia está inserida no segmento de materiais de construção, cujo desenvolvimento está atrelado ao setor da construção civil, sendo este um importante setor para a atividade econômica brasileira. É importante ressaltar os seguintes desafios para o País e o setor de atuação da Companhia, os quais impactam nossos negócios e a demanda por produtos do nosso portfólio, destinados, principalmente, à construção autogerida: as condições de competitividade da indústria nacional frente aos gargalos de infraestrutura, aspectos tributários e valorização do câmbio, geração de emprego e melhora na distribuição de renda, políticas econômicas sustentáveis, além do aumento do nível de confiança dos empresários e consumidores.

A Companhia busca manter o nível de atividade de suas operações em linha com a demanda do mercado, ajustando sua estrutura operacional e melhorando a rentabilidade das unidades de negócios de acordo com seu plano de reestruturação.

¹⁰ ANAMACO: Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção

Em todos os segmentos de atuação, os esforços continuam centrados na recuperação da margem operacional, na busca contínua de redução de custos e despesas operacionais, principalmente, em momentos de baixa ocupação das capacidades instaladas, além de uma adequada precificação de seus produtos visando uma melhor rentabilidade.

Para as telhas de fibrocimento a Eternit busca aumentar seu market-share em regiões específicas, além de ampliar o número de pontos de revenda para se consolidar como líder em todas as regiões do País. Neste sentido, o mercado já dá sinais de recuperação e a Companhia passa a recompor sua estrutura fabril, em determinadas fábricas, para elevar os níveis de produção.

No segmento de telhas de concreto, o foco está sendo reestruturado o programa “Clube de Arquitetos” para estabelecer um relacionamento direto com estes profissionais e alavancar as vendas por meio do canal B2C (*Business to Consumer*).

Na mineração, a Companhia está intensificando sua atuação no mercado externo para compensar a retração do mercado doméstico, aumentando o volume de vendas para os atuais clientes e desenvolvendo novos mercados.

A planta de Manaus (AM) já produz e comercializa fibras de polipropileno para aplicação em escala industrial no fibrocimento. A Eternit tem elevado gradativamente a taxa de ocupação desta unidade, ofertando seu produto a terceiros, entre eles fabricantes de telhas de fibrocimento, com possibilidade para outros segmentos de materiais de construção, tanto no Brasil como no exterior.

Já a unidade de louças (CSC) incrementou seu portfólio com produtos para os segmentos de médio e médio luxo com o objetivo de melhorar a rentabilidade do negócio e obter novos clientes nas regiões Norte e Nordeste, além de dedicar-se à exportação como segmento complementar para diluição de custo fixo.

Quanto aos demais negócios, a Companhia também dará foco à expansão de outros produtos como soluções construtivas, caixas d’água de polietileno e metais para cozinhas e banheiros.

Com relação ao aspecto jurídico do amianto crisotila, a cadeia produtiva fará os esforços necessários junto ao STF para que seja concedido um prazo mínimo de modulação para que haja condições de cumprir com a exigência legal do plano de fechamento de mina que ocorreria normalmente após sua exaustão.

A recuperação judicial, ajuizada em 19 de março de 2018, trata-se de uma medida preventiva a fim de resguardar a operação da Companhia, garantir a continuidade do seu processo de reestruturação e permitir a perenidade de suas atividades. A medida, portanto, foi uma maneira de se antecipar a uma eventual situação em que obrigações financeiras não pudessem ser cumpridas, inviabilizando a sua operação.

A Eternit dará prosseguimento a todas as suas atividades de forma organizada e com prazos e procedimentos pré-definidos, com a coordenação de todos os envolvidos no processo de reestruturação. As ações visam a proteger o caixa da empresa, preservar seus colaboradores e garantir as mesmas condições comerciais com seus clientes e fornecedores. A Companhia dará continuidade às suas atividades comerciais e de produção nas unidades industriais em todo o País, com impacto mínimo no dia a dia operacional.

A Eternit permanece atenta aos desdobramentos e impactos que poderão ocorrer em função da atual situação macroeconômica, realizando suas operações com rigor financeiro e atuando na política de redução da dívida e capital de giro com foco na sustentabilidade dos negócios.

11. Rodízio dos Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 308/99, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, em reunião realizada no dia 15 de fevereiro de 2017, a contratação da empresa de auditoria independente Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (“Deloitte”) para auditar as demonstrações financeiras da Companhia a partir do segundo trimestre de 2017, em substituição à EY Auditores Independentes S.S. (“EY”).

A contratação da Deloitte visa a atender ao disposto no artigo 31 da Instrução CVM nº 308/99 referente à rotatividade de auditores independentes.

Adicionalmente, a Companhia informa que obteve a anuência da EY com relação à justificativa para referida mudança, conforme anuência anexa ao Comunicado ao Mercado divulgado em 16 de fevereiro de 2017.

12. Reconhecimentos

As diversas premiações demonstram que a Companhia leva a sério o que faz por todos os seus *stakeholders*. Durante 2017, as empresas do Grupo Eternit conquistaram diversos prêmios importantes nas áreas de Recursos Humanos e Marketing e Produtos: a SAMA foi eleita como uma das 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar pela Revista Você S/A e a Eternit ganhou o Prêmio ANAMACO, respectivamente. Para conhecer os demais prêmios, acesse www.eternit.com.br/ri.

13. Câmara de Arbitragem do Mercado

Conforme cláusula compromissória constante em seu Estatuto Social, a Companhia informa que está vinculada na Câmara de Arbitragem do Mercado desde agosto de 2006.

14. Relacionamento com Auditores Independentes

Ao longo de exercício de 2017, a Eternit utilizou serviços de auditoria independente da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (“EY”) e Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (“DTT”), Ernst & Young para realizar auditoria e emitir relatórios sobre as informações financeiras intermediárias referente ao trimestre (ITR) de 31 de março de 2017 da Eternit S.A, Deloitte para realizar auditoria e emitir relatórios sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eternit S.A. e da Sama S.A. Minerações Associadas para o exercício de 2017, e para informações financeiras intermediárias referente aos trimestres (ITR) 30 de junho de 2017 e 30 de setembro de 2017 da Eternit S.A.

A Companhia contratou serviços de consultoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (“EY”) e Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (“DTT”) para o exercício de 2017 conforme descrito abaixo:

(i) Natureza do serviço: revisão de créditos extemporâneos para PIS e COFINS. Início da contratação em 2014 e finalização em 2018 (“EY”). O valor total dos fees de consultoria pagos a EY foi de R\$ 105 mil, equivalente a 80,18% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa prestados no primeiro trimestre de 2017.

(ii) Natureza do serviço: implementação bloco K Sped Fiscal. Início da contratação em janeiro de 2017 e finalização em março de 2017 (“DTT”). Apesar da contratação ter ocorrido antes da contratação da DTT como auditor independente, o valor total dos serviços de consultoria pagos a DTT foi de R\$ 59 mil equivalente a 11,68% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

A Administração da Companhia informa que tem como política não contratar os auditores independentes em serviços de consultoria que possam gerar conflito de interesse. A Administração, assim como seus auditores independentes, entende que os serviços mencionados não geram conflito de interesse, e, portanto não apresentam riscos de independência de acordo com as regras vigentes no Brasil.

15. Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria da Eternit S.A., declaram para os fins do disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que:

- i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017; e
- ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 26 de abril de 2018.

A Diretoria

16. Informações Adicionais

Para informações adicionais sobre a Companhia e seu mercado de atuação, acesse o site de Relações com Investidores www.eternit.com.br/ri e/ou contate a equipe de RI ri@eternit.com.br.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores, órgãos reguladores, parceiros e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Eternit no ano de 2017, pelo apoio e confiança no comprometimento e dedicação constantes como base para a realização do nosso trabalho, sempre em linha com o desenvolvimento sustentável do País.

São Paulo, 27 de abril de 2018.

A Administração

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Eternit S.A. – Em Recuperação Judicial, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e correspondentes notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

O relatório dos auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu, é de abstenção de opinião, fundamentada exclusivamente no pedido de Recuperação Judicial da Companhia e de suas controladas, cujo pedido foi deferido pelo Juízo da 2ª Vara de Falências da Comarca de São Paulo/SP em 16 de abril de 2018, estando em curso o prazo de 60 (sessenta) dias para a Companhia apresentar o Plano em Juízo.

Os representantes da Deloitte afirmaram que o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e correspondentes notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 são idôneas e refletem a situação patrimonial do referido período.

Sendo assim, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelo Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária.

São Paulo, 26 de abril de 2018.

Conselho de Administração

Marcelo Gasparino da Silva - Presidente do Conselho de Administração

François Moreau

Marcelo Munhoz Auricchio

Louise Barsi

Raphael Manhães Martins

Conselho Fiscal

Paulo Henrique Zukanovich Funchal - Coordenador

Aloisio Macário Ferreira de Souza

Cristiane Mendonça

Diretoria

Luis Augusto Barcelos Barbosa - Presidente da Diretoria

Rodrigo Angelo Inácio

Rodrigo Lopes da Luz

Welney de Souza Paiva

Contador

Kelly Aparecida Mendes dos Santos - Coordenadora de Contabilidade

CRC nº 1SP280871/o-4

Auditores Independentes: DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Manoel Pinto da Silva - Contador

CRC nº SP 2055664/o-2

Eternit S.A.- Em recuperação judicial

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2017 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016			31/12/2017	31/12/2016		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.922	3.365	6.957	5.143	Fornecedores	14	18.877	20.602	27.084	33.566
Aplicações financeiras	5	2.838	32	21.805	2.708	Empréstimos e financiamentos	15	2.385	10.876	58.888	69.288
Contas a receber	6	57.493	84.835	141.897	158.663	Instrumentos financeiros derivativos		-	383	-	687
Estoques	7	59.786	93.582	99.001	160.867	Partes relacionadas	10.a	7.153	25.393	89	-
Impostos a recuperar	8	7.293	9.289	12.637	17.861	Obrigações com pessoal	16	9.588	12.413	15.916	23.388
Partes relacionadas	10.a	17.754	14.819	-	718	Dividendos e juros sobre o capital próprio	20.d	189	426	189	426
Outros ativos circulantes		1.636	2.193	7.854	5.724	Impostos, taxas e contribuições a recolher	17	8.258	14.030	12.036	22.260
		151.722	208.115	290.151	351.684	Provisão para benefício pós-emprego	18.a	2.926	3.184	4.870	5.115
Ativos mantidos para a venda	11	796	796	7.306	5.291	Provisão para reestruturação	33	307	-	2.103	1.522
Total do ativo circulante		152.518	208.911	297.457	356.975	Outros passivos circulantes	19	18.432	6.578	27.604	12.784
						Total do passivo circulante		68.115	93.885	148.779	169.036
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Depósitos judiciais		8.333	14.384	16.606	22.264	Empréstimos e financiamentos	15	-	3.814	38.570	55.079
Impostos a recuperar	8	24.578	24.335	34.846	24.746	Partes relacionadas	10.a	31.245	36.012	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.b	27.666	42.315	45.525	72.655	Impostos, taxas e contribuições a recolher	17	1.764	1.746	3.153	4.699
Partes relacionadas	10.a	10.039	27.982	9.202	15.985	Obrigações com pessoal	16	450	-	1.308	-
Outros ativos não circulantes		751	1.078	1.617	2.545	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	23	55.095	46.975	103.346	90.003
Investimentos	9	118.027	203.707	-	3.546	Provisão para benefício pós-emprego	18.a	38.883	37.128	63.960	50.104
Imobilizado	12	36.965	150.412	155.617	317.716	Provisão para desmobilização da mina	32	-	-	19.572	13.878
Intangível	13	1.601	6.069	2.752	26.016	Provisão para perdas em investimentos	9	14.424	-	14.424	-
Total do ativo não circulante		227.960	470.282	266.165	485.473	Total do passivo não circulante		141.861	125.675	244.333	213.763
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	20.a	334.251	334.251	334.251	334.251
						Reservas de capital		19.460	19.460	19.460	19.460
						Ações em tesouraria		(174)	(174)	(174)	(174)
						Reservas de lucros		69.084	118.221	69.084	118.221
						Prejuízos acumulados		(227.087)	-	(227.087)	-
						Outros resultados abrangentes		(25.032)	(12.125)	(25.032)	(12.125)
						Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores		170.502	459.633	170.502	459.633
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	8	16
						Total do patrimônio líquido		170.502	459.633	170.510	459.649
TOTAL DO ATIVO		380.478	679.193	563.622	842.448	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		380.478	679.193	563.622	842.448

ETERNIT S.A. - Em recuperação judicial

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais - exceto o prejuízo líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24	410.874	494.763	665.739	827.474
CUSTOS DOS PRODUTOS E MERCADORIAS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	25	(345.250)	(397.049)	(501.929)	(571.616)
LUCRO BRUTO		<u>65.624</u>	<u>97.714</u>	<u>163.810</u>	<u>255.858</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	25	(40.008)	(60.616)	(76.545)	(106.593)
Gerais e administrativas	25	(29.695)	(39.740)	(61.942)	(89.134)
Remuneração da administração	25	(8.568)	(8.055)	(14.806)	(11.527)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	(34.546)	(12.223)	(39.465)	(8.392)
Perda por redução ao valor recuperável de ativos e provisão para reestruturação	12, 13, 33 e 34	(126.489)	-	(170.927)	(18.109)
Resultado da equivalência patrimonial	9	<u>(78.654)</u>	<u>(15.335)</u>	<u>(28.629)</u>	<u>(29.337)</u>
Total das despesas operacionais		<u>(317.960)</u>	<u>(135.969)</u>	<u>(392.314)</u>	<u>(263.092)</u>
Despesas financeiras	27	(14.318)	(27.348)	(39.176)	(71.235)
Receitas financeiras	27	<u>4.914</u>	<u>21.169</u>	<u>22.734</u>	<u>50.742</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(9.404)</u>	<u>(6.179)</u>	<u>(16.442)</u>	<u>(20.493)</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(261.740)</u>	<u>(44.434)</u>	<u>(244.946)</u>	<u>(27.727)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	22	-	-	(4.313)	(17.269)
Diferidos	22	(14.648)	6.751	(27.130)	7.314
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>(276.388)</u>	<u>(37.683)</u>	<u>(276.389)</u>	<u>(37.682)</u>
ATRIBUÍVEL A:					
Acionistas controladores				(276.388)	(37.683)
Acionistas não controladores				(1)	1
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				<u>(276.389)</u>	<u>(37.682)</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO, BÁSICO E DILUÍDO - R\$	20			<u>(1,5381)</u>	<u>(0,2106)</u>

ETERNIT S.A. - Em recuperação judicial

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(276.388)	(37.683)	(276.389)	(37.682)
Outros resultados abrangentes				
Perda líquida na atualização do plano de benefício definido	(372)	(3.823)	(12.907)	(4.466)
Efeito de imposto de renda e contribuição social	-	1.299	-	1.518
Equivalência patrimonial dos resultados abrangentes	<u>(12.535)</u>	<u>(424)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	(12.907)	(2.948)	(12.907)	(2.948)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(289.295)</u>	<u>(40.631)</u>	<u>(289.296)</u>	<u>(40.630)</u>
ATRIBUÍVEL A:				
Acionistas controladores			(289.295)	(40.631)
Acionistas não controladores			<u>(1)</u>	<u>1</u>
			<u>(289.296)</u>	<u>(40.630)</u>

ETERNIT S.A. - Em recuperação judicial

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Reserva de capital			Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido	
		Capital social	Subvenção para investimentos	Ágio na aquisição de ações	Ações em tesouraria	Estatutária	Legal	Retenção de lucros					Prejuízos acumulados
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		334.251	19.437	23	(174)	32.722	36.362	86.654	-	(9.177)	500.098	18	500.116
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	166	-	-	166	(3)	163
Prejuízo do exercício	20	-	-	-	-	-	-	-	(37.683)	-	(37.683)	1	(37.682)
Absorção do prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(37.683)	37.683	-	-	-	-
Perda na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	-	-	-	-	(2.948)	(2.948)	-	(2.948)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		<u>334.251</u>	<u>19.437</u>	<u>23</u>	<u>(174)</u>	<u>32.722</u>	<u>36.362</u>	<u>49.137</u>	<u>-</u>	<u>(12.125)</u>	<u>459.633</u>	<u>16</u>	<u>459.649</u>
Redução de capital por acionista não controlador		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7)	(7)
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	164	-	-	164	-	164
Prejuízo do exercício	20	-	-	-	-	-	-	-	(276.388)	-	(276.388)	(1)	(276.389)
Absorção do prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(49.301)	49.301	-	-	-	-
Perda na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	-	-	-	-	(12.907)	(12.907)	-	(12.907)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>334.251</u>	<u>19.437</u>	<u>23</u>	<u>(174)</u>	<u>32.722</u>	<u>36.362</u>	<u>-</u>	<u>(227.087)</u>	<u>(25.032)</u>	<u>170.502</u>	<u>8</u>	<u>170.510</u>

ETERNIT S.A. - Em recuperação judicial

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(261.740)	(44.434)	(244.946)	(27.727)
Ajustes para conciliar o prejuízo antes dos impostos de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Resultado da equivalência patrimonial	9	78.654	15.335	28.629	29.337
Depreciação e amortização		14.512	14.880	35.607	38.572
Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis	26	216	(4)	560	(3.121)
Baixa de depósitos judiciais		1.412	-	3.330	-
Perda em créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	6	1.716	1.980	2.608	3.420
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques	25	3.721	(527)	8.077	(38)
Perda por redução redução ao valor recuperável de ativos	12 e 13	118.891	-	150.971	3.796
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		12.132	1.344	19.804	7.209
Provisão para benefício pós-emprego	18	4.309	4.653	5.819	6.318
Provisão para desmobilização da mina		-	-	5.694	1.261
Provisão para reestruturação		7.598	-	20.671	14.313
Provisão para garantia	19	884	-	1.169	-
Perda na alienação de investimentos		36	-	-	-
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial		2.559	(417)	11.011	(830)
Rendimento de aplicações financeiras		(258)	(74)	(1.053)	(841)
Variação líquida das despesas antecipadas		3.185	6.020	5.146	7.106
		(12.173)	(1.244)	53.097	78.775
Redução (aumento) nos ativos operacionais:					
Contas a receber		25.626	(14.259)	16.330	7.100
Partes relacionadas a receber		(10.504)	965	(2.478)	2.100
Estoques	7	34.731	15.373	53.821	22.491
Impostos a recuperar		7.985	1.603	4.802	3.380
Depósitos judiciais		628	(4.132)	(4.402)	(4.586)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		16.168	44.759	-	-
Outros ativos		(2.150)	(1.430)	(6.047)	2.842
Ativo mantido para venda		-	(16)	-	(16)
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores		(1.725)	(3.304)	(6.482)	(7.828)
Partes relacionadas a pagar	10	(22.870)	13.137	89	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher		(5.414)	(3.028)	(10.316)	(11.493)
Obrigações com pessoal	16	(2.375)	(2.445)	(6.164)	(4.334)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		(5)	(6.877)	(5)	(6.877)
Benefício pós-emprego	18	(3.184)	(2.752)	(5.115)	(4.892)
Gastos com reestruturação		(7.291)	-	(20.318)	-
Outros passivos		10.970	638	13.871	(2.582)
Caixa gerado pelas operações		28.417	36.988	80.683	74.080
Juros pagos		(3.277)	(1.021)	(7.152)	(7.530)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(9.295)	(12.604)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		25.140	35.967	64.236	53.946
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Mútuo com empresas ligadas a receber		12.242	(16.053)	10.772	(14.953)
Recebimento pela venda de imobilizado	26	69	22	674	3.395
Adições ao ativo imobilizado e intangível		(5.107)	(9.508)	(10.359)	(15.700)
Adições ao investimento	9	(10.701)	(8.101)	(10.659)	(8.101)
Aplicações financeiras de curto prazo		(91.500)	(41.750)	(173.375)	(149.403)
Resgates de aplicações financeiras de curto prazo		88.948	44.905	155.305	164.264
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(6.049)	(30.485)	(27.642)	(20.498)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de empréstimos e financiamentos		-	1.962	117.092	64.575
Amortização de empréstimos e financiamentos		(12.849)	(6.929)	(151.872)	(98.458)
Captação de mútuo com empresas ligadas		850	-	-	-
Amortização de mútuo com empresas ligadas		(5.535)	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(17.534)	(4.967)	(34.780)	(33.883)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.557	515	1.814	(435)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
No início do exercício	4	3.365	2.850	5.143	5.578
No fim do exercício	4	4.922	3.365	6.957	5.143
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.557	515	1.814	(435)

ETERNIT S.A. - Em recuperação judicial

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
RECEITAS					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	24	546.743	655.962	837.685	1.048.955
Outras receitas		(240)	87	(275)	3.982
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	25	(1.716)	(1.980)	(2.608)	(3.420)
		<u>544.787</u>	<u>654.069</u>	<u>834.802</u>	<u>1.049.517</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados		(271.319)	(325.811)	(413.809)	(470.819)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(122.432)	(133.597)	(159.621)	(221.602)
Reversão/Perda estimada por não recuperabilidade de ativos e provisão para reestruturação	33	(126.489)	-	(170.927)	(18.109)
Outros descontos, abatimentos e doações		(1.125)	(1.605)	(2.600)	(4.018)
		<u>(521.365)</u>	<u>(461.013)</u>	<u>(746.957)</u>	<u>(714.548)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO		23.422	193.056	87.845	334.969
Depreciação, amortização e exaustão		(14.512)	(14.880)	(35.607)	(38.572)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		8.910	178.176	52.238	296.397
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado da equivalência patrimonial	9	(78.654)	(15.335)	(28.629)	(29.337)
Receitas financeiras	27	4.914	21.169	22.734	50.742
Outras		206	433	1.100	2.058
		<u>(73.534)</u>	<u>6.267</u>	<u>(4.795)</u>	<u>23.463</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		(64.624)	184.443	47.443	319.860
Pessoal:					
Remuneração direta		62.700	72.985	95.233	101.888
Benefícios		23.372	23.281	38.673	34.972
FGTS		6.039	7.887	11.044	10.420
		<u>92.111</u>	<u>104.153</u>	<u>144.950</u>	<u>147.280</u>
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		71.105	59.103	92.849	64.609
Estaduais		25.778	22.582	20.533	60.317
Municipais		2.037	2.200	3.628	3.863
		<u>98.920</u>	<u>83.885</u>	<u>117.010</u>	<u>128.789</u>
Remuneração de capital de terceiros:					
Juros		14.318	27.348	39.176	71.235
Aluguéis		6.415	6.740	22.696	10.238
		<u>20.733</u>	<u>34.088</u>	<u>61.872</u>	<u>81.473</u>
Remuneração de capitais próprios:					
Prejuízos acumulados	20	(276.388)	(37.683)	(276.388)	(37.683)
Participação dos não controladores nos (prejuízos acumulados) lucros retidos		-	-	(1)	1
		<u>(276.388)</u>	<u>(37.683)</u>	<u>(276.389)</u>	<u>(37.682)</u>
		<u>(64.624)</u>	<u>184.443</u>	<u>47.443</u>	<u>319.860</u>

ETERNIT S.A. – Em recuperação judicial
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eternit S.A. – Em recuperação judicial (“Companhia” ou “Eternit”), com sede na Rua Dr. Fernandes Coelho, nº 85 - 8º andar, na cidade de São Paulo - SP, Brasil, é uma companhia de capital aberto, sem controlador, registrada na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. - BM&FBOVESPA, no segmento Novo Mercado, sob o código de negociação ETER3. Seus acionistas são pessoas físicas e jurídicas, clubes de investimento, fundos de investimento e fundações (vide nota explicativa nº 20 a).

A Companhia e suas controladas (denominadas em conjunto “Grupo”) têm como principal objeto social a industrialização e a comercialização de produtos de fibrocimento, cimento, concreto, gesso produtos de matéria plástica, exploração e beneficiamento do mineral crisotila, bem como outros materiais de construção e respectivos acessórios. Conta atualmente com 9 unidades industriais no Brasil, com filiais nas principais cidades brasileiras.

O Grupo está constituído pelas seguintes empresas e respectivas atividades principais:

<u>Empresas</u>	<u>(%) Participação</u>	<u>(%) Capital votante</u>	<u>Localização da sede social</u>	<u>Atividade principal</u>
SAMA S.A. “SAMA”	99,99%	99,99%	Minaçu/GO	Mineração, exploração e beneficiamento do mineral crisotila.
Tégula Soluções para Telhados Ltda. “Tégula”	99,99%	99,99%	Atibaia/SP	Industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios.
Precon Goiás Industrial Ltda. “Precon Goiais”	99,99%	99,99%	Anápolis/GO	Industrialização e comercialização de produtos e artefatos de fibrocimento.
Prel Empreendimentos e Participações Ltda. “Prel”	99,99%	99,99%	São Paulo/SP	Participação em empresas industriais, comerciais, etc.
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda. “Eternit da Amazônia”	99,99%	99,99%	Manaus/AM	Industrialização e comercialização de fibras de polipropileno e pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção.
Engedis Distribuição Ltda. “Engedis”	99,94%	99,94%	Minaçu/GO	Não possui atividade econômica.
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. “CSC”	60,00%	60,00%	Caucaia/CE	Industrialização, importação, exportação, comercialização, distribuição de louças sanitárias de cerâmica e acessórios para banheiro em geral.

Os principais produtos industrializados e/ou comercializados pelo Grupo, assim como os dados correlacionados à informação por segmento estão descritos na nota explicativa nº 28.

Eventos operacionais relevantes.

1.1. Incorporação de controlada

Em 20 de dezembro de 2017, foi aprovada a incorporação da controlada Wagner da Amazônia Ltda. pela Wagner S.A. e, conseqüentemente, a Wagner S. A. pela Eternit. A incorporação ocorreu pelo valor de custo com base no laudo de incorporação elaborado por empresa terceira especializada.

Os ativos e passivos, em 20 de dezembro de 2017, são como segue:

ACERTO LÍQUIDO INCORPORADO - WAGNER S.A.

Ativo		Passivo	
Circulante:		Circulante:	
Partes relacionadas	1.421	Partes relacionadas	2
Impostos a recuperar e outros ativos	<u>69</u>	Impostos a recolher	<u>2</u>
Total do ativo circulante	<u>1.490</u>	Total passivo circulante	<u>4</u>
Não circulante:		Não circulante:	
Partes relacionadas	3.270	Provisões para riscos	<u>1.013</u>
Depósitos judiciais	1.013	Total do passivo não circulante	<u>1.013</u>
Outros ativos	<u>130</u>		
Total do ativo não circulante	<u>4.413</u>	Acervo líquido incorporado	<u>4.886</u>

1.2. Reestruturação operacional

Em 2017, o Grupo iniciou um plano de reestruturação de suas operações com o objetivo de melhorar a rentabilidade de suas unidades de negócio, onde as principais ações foram:

- Renovação da diretoria executiva, com a eleição do novo CEO e diretor comercial;
- Redução da estrutura de mão de obra direta e indireta do Grupo;
- Redesenho da área comercial com o objetivo de aumentar o market-share em regiões específicas, ampliação do número de pontos de venda e retomada do clube de arquitetos para alavancar as vendas do canal B2C (específico para telhas de concreto);
- Criação de um novo modelo corporativo para o processo de aquisição de matérias primas, insumos, logística e planejamento de produção na área de *Supply-Chain*, além da criação da área de *Pricing* para melhoria da precificação dos produtos do Grupo;
- Substituição da matéria prima amianto crisotila por fibras sintéticas na produção de telhas de fibrocimento. O processo de substituição já foi iniciado e a mudança completa será concluída até dezembro de 2018. Atualmente, apenas a unidade de Anápolis (controlada Precon Goiás) utiliza o amianto na produção de telhas.
- Redirecionamento da produção total do amianto para o mercado externo. A produção de fibras de amianto crisotila pela controlada SAMA já vem sendo gradativamente direcionada para o mercado externo;
- Elevação da taxa de ocupação da fábrica de Manaus de 25% para 85%, responsável pela produção de fibras de polipropileno, material usado na fabricação de telhas de fibrocimento, em substituição ao amianto crisotila;
- Encerramento de 4 unidades deficitárias da controlada Tégula;
- Criação de equipes dedicadas a comercialização de outras soluções construtivas onde a participação é insipiente no faturamento do Grupo;
- Direcionamento no mercado de louças sanitárias para mercados mais rentáveis com incremento do seu portfólio para os segmentos médio e luxo;
- Pedido de Recuperação Judicial da Companhia e suas controladas e controlada em conjunto (ação tomada em período subsequente 2018, conforme divulgado no item 1.3 abaixo).

Os principais impactos contábeis do plano de reestruturação, bem como de desmobilização, estão descritos na nota explicativa nº 33.

1.3. Recuperação judicial

Em 19 de março de 2018, conforme divulgado por meio de Fato Relevante, a Companhia ajuizou, em conjunto com suas controladas e controlada em conjunto, Pedido de Recuperação Judicial (“pedido”) perante a Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/2005. O pedido, complementa, uma série de medidas administrativas e operacionais que já vinham sendo adotadas pela Companhia e foi aprovado *ad referendum* pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada na mesma data.

O pedido tem o intuito de atender ao melhor interesse de todas as sociedades que integram o Grupo, em especial:

- i. preservar a continuidade das atividades do Grupo e sua função social, com o cumprimento dos compromissos assumidos com seus clientes;
- ii. preservar, de forma organizada e responsável, os interesses e direitos de seus fornecedores, credores e acionistas; e
- iii. proteger o do caixa Grupo objetivando mitigar riscos operacionais.

O pedido de Recuperação Judicial se deve, principalmente:

- i. a persistente deterioração dos fundamentos da economia, que afetaram drasticamente os setores de construção civil e louças sanitárias, justamente os mercados atendidos pelo Grupo,
- ii. as discussões legais acerca da extração, industrialização, utilização, comercialização, transporte e exportação do amianto, que vêm impactando as operações do Grupo e limitando o acesso do Grupo à concessão de novas linhas de crédito; e
- iii. a queda na demanda e nos preços de venda do amianto, nos mercados nacional e internacional, reduzindo a rentabilidade.

O pedido foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 11 de abril de 2018 e deferido pela Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo em 16 de abril de 2018. As informações referentes ao processo estão disponíveis no website da CVM e de relações com investidores da Eternit.

1.4. Continuidade operacional

A recuperação judicial, como citado acima, faz parte da reestruturação do Grupo e de suas controladas e controlada em conjunto e tem por objetivo a preparação de uma base sólida para os próximos anos, com modernidade, inovação e foco na rentabilidade dos negócios do Grupo, além do efeito de suspensão das ações e execuções atualmente em curso contra o Grupo e também o curso dos respectivos prazos prescricionais.

O Grupo apresentará dentro do prazo legal um plano a ser submetido à aprovação da assembleia de credores, o que garantirá o pagamento integral destes credores. A não aprovação do plano da recuperação judicial poderia ter reflexos na não continuidade do Grupo, mas a Administração considera esta hipótese remota, pois a maior parte da dívida é considerada extraconcursal (possui garantia dos recebíveis de exportação), outra parte tem garantia real e a parte que é submetida a recuperação judicial terá como objeto o alongamento desta dívida. Ainda assim, o Grupo poderia se desfazer de ativos para fazer frente aos credores e sem afetar a operação.

A Administração trabalha com a hipótese de se manter em recuperação judicial no menor tempo possível, dado que foi uma medida protetiva. Neste contexto, a Administração avaliou a capacidade do Grupo em continuar operando normalmente e

está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro, com exceção da recuperação judicial (citada acima) e da controlada SAMA, cujo faturamento representa 25% do total do Grupo, responsável pela extração e beneficiamento do amianto crisotila, que está relacionado exclusivamente à questão jurídica do amianto, conforme divulgado abaixo.

Questão jurídica do amianto:

A questão jurídica referente as Leis Estaduais e Federal que regulam a atividade do amianto crisotila no Brasil tramitam perante o Supremo Tribunal Federal (“STF”) desde 2001, sendo que não houve decisões da Suprema Corte para as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (“ADIs”) que pudesse afetar a continuidade das operações da controlada Sama em exercícios anteriores.

O STF retomou o julgamento, em agosto de 2017, das ADIs n.º 4066 e 3937 sobre a legalidade do uso do amianto crisotila no Brasil. No referido julgamento, a Lei Federal não foi considerada inconstitucional. No entanto, a Lei do Estado de São Paulo foi declarada constitucional proibindo o uso do amianto nesse Estado.

Dada a divergência de interpretações na mídia sobre o resultado do julgamento do STF nas ADI’s n.º 4066 e 3937 a Companhia esclareceu, em comunicado ao mercado divulgado em 25 de agosto de 2017, que a proibição do uso do amianto só tinha efeito no Estado de São Paulo e não em todo o território nacional. Desta forma, a referida decisão não causou nenhum impacto nas operações da Companhia, inclusive nas demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2017, pois a Eternit já cumpre a Lei 12.684/2007 do Estado de São Paulo, que proíbe o uso do amianto neste Estado. Para os demais Estados da Federação, as atividades permaneceram normais, de acordo com a legislação vigente à época.

Em 29 de novembro de 2017, o plenário do STF julgou a ADI que tinha por objeto a constitucionalidade da Lei do Estado do Rio de Janeiro. Nesta sessão, o STF julgou a Lei constitucional e também declarou incidentalmente inconstitucional o artigo 2º da Lei Federal n.º 9.055/1995 com efeito “erga omnes” e vinculante, ou seja, que se estendem a todos os Estados da Federação tornando a Lei Federal inconstitucional.

Em função da publicação da decisão do julgamento no STF referente a declaração incidental de inconstitucionalidade do artigo 2º da Lei Federal n.º 9.055/1995, o Grupo paralisou as atividades das suas controladas SAMA (mineradora) e Precon Goiás (fabricante de telhas de fibrocimento), em 5 de dezembro de 2017. Adicionalmente, a Eternit informou que acompanharia eventuais embargos de declaração que poderão ser opostos pela entidade representativa do setor para, posteriormente, se posicionar de forma definitiva sobre a consequência de tal decisão nas atividades do Grupo.

Em 21 de dezembro de 2017, a Eternit informou que foram suspensos os efeitos da decisão de 29 de novembro de 2017 do STF, no que se referia ao efeito “erga omnes”. Até a oposição dos embargos de declaração, a decisão valerá apenas nos Estados que proíbem ou vedam o uso do amianto como matéria prima. Diante da decisão de permissão para os demais estados, o Grupo retomou as atividades de suas controladas SAMA e Precon Goiás até que haja a publicação do acórdão e fluência do prazo para oposição dos embargos de declaração, nos termos do referido despacho.

Para a controlada Precon Goiás não há riscos de continuidade, pois os investimentos não são relevantes para adaptar a única linha de produção de telhas de fibrocimento de amianto para fibras sintéticas ou transferir esta linha para a fábrica de Goiânia da Eternit ou até mesmo para outra região estratégica visando elevar o *market-share* neste segmento.

Independente da publicação do acórdão, há uma grande incerteza em relação à proibição definitiva do amianto produzido pela SAMA, pois segundo o STF, a modulação (phase out) seria discutida nos embargos de declaração, que só ocorre após a fluência do prazo após a publicação do acórdão. Alguns países da União Européia tiveram prazo de 5 (cinco) anos para a substituição do amianto, levando em conta que as reservas minerárias já tinham se exaurido e não tinham demandas pelo produto acabado. Mesmo assim tiveram 5 (cinco) anos e outros países de economias desenvolvidas ainda usam o amianto, como os EUA e Alemanha, além dos países da Ásia que demandam o amianto. Atualmente o consumo mundial de amianto é superior a um milhão de toneladas.

A realidade no Brasil é diferente, a jazida de amianto, cuja concessão foi cedida pelos Governos Federal e Estadual à SAMA tem reserva mineraria conhecida e prospectada para mais de 35 (trinta e cinco) anos, de acordo com o atual nível de extração. A Administração considera como melhor estimativa contábil o mesmo prazo que os países da União Europeia tiveram para que sua controlada SAMA continue operando e destinando toda sua produção à exportação, principalmente, para países da Ásia.

Até a divulgação destas demonstrações financeiras o referido acórdão não foi publicado, portanto, seguem normalmente as atividades das controladas SAMA e Precon Goiás.

Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios do Grupo.

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de abril de 2018.

2. BASE PARA PREPARAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As políticas contábeis significativas adotadas pelo Grupo, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

Ressalta-se, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à controladora e controladas e controlada em conjunto, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas e controlada em conjunto são ajustadas para atender este critério.

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração do Grupo, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla as empresas relacionadas na nota explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessas empresas, com exceção da Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. - CSC, considerada com base nos parâmetros descritos no parágrafo anterior como empreendimento controlado em conjunto, que não é consolidada tendo seu resultado considerado nas demonstrações financeiras consolidadas com base no método da equivalência patrimonial, conforme previsto no CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto (IFRS 11).

A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, o resultado financeiro das controladas é reconhecido através do método de equivalência patrimonial.

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da Companhia. Todos os saldos e transações entre as empresas controladas foram eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações entre a Companhia e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos apresentados consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

2.5. Aplicações financeiras

Representadas por investimentos temporários que serão mantidos até as suas datas de vencimento, com conversibilidade em caixa em mais de 90 dias da data da aplicação, e estão registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações financeiras, que não excedem o valor de mercado ou de realização.

2.6. Contas a receber

São registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente, quando aplicável, deduzidas das perdas em créditos de liquidação duvidosa. As contas a receber no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras.

O montante de perdas em créditos de liquidação duvidosa foi estimado com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos, e é considerada suficiente pela Administração do Grupo para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

2.7. Estoque

São apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda, o qual não excede o valor líquido realizável.

A perda estimada para redução ao valor líquido recuperável considera a provisão para a realização dos itens de estoque cujo preço de venda estimado é abaixo do custo de produção, e também para aqueles itens de giro lento e que poderão se tornar obsoletos.

2.8. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, os honorários profissionais diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condições de uso e os custos de empréstimos, até que os bens estejam concluídos.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados como ativo somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e se os valores puderem ser mensurados de forma confiável. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação desses ativos inicia quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. O cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado é realizado pelo método linear a taxas que consideram a vida útil-econômica estimada de cada ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for

menor que seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.9. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido (“pró rata temporis”), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um exercício de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos. No exercício de 2017, o Grupo não efetuou capitalização de custos com empréstimos que foram diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos qualificáveis.

2.10. Provisão para benefícios pós-emprego

O Grupo, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados. As premissas e os cálculos foram revisados e atualizados para o exercício de 2017.

2.10.1. Custos de aposentadoria e benefícios rescisórios

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

No caso dos planos de aposentadoria de benefício definido, o custo da concessão de benefícios é determinado pelo método da unidade de crédito projetada e a avaliação atuarial é realizada ao final do período anual de apresentação de relatório. A remensuração, que inclui ganhos e perdas atuariais, o efeito das mudanças no teto do ativo (se aplicável) e o retorno sobre ativos do plano (excluindo juros), é refletida imediatamente no balanço patrimonial como um encargo ou crédito reconhecido em outros resultados abrangentes no período em que ocorrem. A remensuração reconhecida em outros resultados abrangentes é refletida imediatamente em lucros acumulados e não será reclassificada para o resultado. O custo de serviços passados é reconhecido no resultado no período de ocorrência de uma alteração do plano. Os juros líquidos são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. Os custos de benefícios definidos são classificados como segue:

- Custo de serviços (incluindo custo de serviços correntes, custo de serviços passados e ganhos e perdas sobre reduções e liquidações).
- Despesa ou receita financeira líquida.
- Remensuração.

O Grupo apresenta os dois primeiros componentes de custos de benefícios

definidos no resultado na rubrica “Provisão para benefício pós emprego”.

Ganhos e perdas de redução são contabilizados como custos de serviços passados.

A obrigação de benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial representa o déficit ou excedente real nos planos de benefícios definidos do Grupo. Qualquer excedente resultante desse cálculo é limitado ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições dos planos ou reduções em contribuições futuras aos planos.

Um passivo decorrente de um benefício rescisório é reconhecido quando a entidade não consegue mais retirar a oferta do benefício rescisório ou quando a entidade reconhece quaisquer custos de reestruturação relacionados, dos dois o que ocorrer antes.

2.10.2. Benefícios a empregados no curto prazo e outros benefícios a empregados no longo prazo

Um passivo de benefícios a empregados é provisionado conforme o salário, férias e licenças no período em que os serviços relacionados são prestados, a um montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

Passivos de benefícios no curto prazo são mensurados pelo montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

Passivos de outros benefícios a longo prazo são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros que se estima que sairão do Grupo referentes aos serviços efetuados pelo empregado até a data de reporte.

2.10.3. Contribuições de empregados ou terceiros a planos de benefícios definidos

Contribuições discricionárias realizadas por empregados ou terceiros reduzem o custo sobre o pagamento dessas contribuições para o plano.

Quando os termos formais dos planos determinam que contribuições serão feitas pelos empregados ou terceiros, a contabilização depende das contribuições estarem relacionadas ao serviço ou não, conforme segue:

- Se as contribuições não estiverem vinculadas ao serviço (por exemplo, é necessário efetuar contribuições para reduzir um déficit resultante de perdas sobre os ativos do plano ou de perdas atuariais), elas afetam a reavaliação do passivo (ativo) associado com o benefício definido líquido.
- Se as contribuições estiverem vinculadas ao serviço, elas reduzem os custos do serviço. Se o valor da contribuição depender do tempo (anos) de serviço, a entidade deve atribuir as contribuições ao período de serviço utilizando o método de atribuição exigido no parágrafo 70 da IAS 19 (para os benefícios brutos). Se o valor da contribuição for independente do tempo (anos) de serviço, a entidade pode reduzir o custo do serviço no período em que o serviço relacionado é prestado, ou reduzir o custo do serviço, atribuindo as contribuições ao período de serviço do empregado.

2.11. Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido da constituição das reservas legal de 5% e estatutária 5% do lucro, conforme a lei das sociedades anônimas. Adicionalmente

poderá constituir, mediante proposta do Conselho de Administração, reservas para contingências e orçamento de capital. Após tais destinações, havendo ainda saldo remanescente, este será integralmente destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.12. Subvenção governamental

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que o Grupo irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas e são reconhecidas sistematicamente na rubrica receita operacional líquida durante os exercícios nos quais o Grupo reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

2.13. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, em função da exclusão de receitas ou adição de despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente nas empresas do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos no final de cada exercício, sobre as diferenças entre as bases contábil e fiscal dos ativos e passivos incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base na taxa de imposto esperada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

2.14. Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.15. Receita operacional líquida

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou

bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita na venda de produtos é reconhecida quando:

- O Grupo transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- O Grupo não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

2.16. Receitas e despesas financeiras

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2.17. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

2.18. Instrumentos financeiros

O Grupo opera com instrumentos financeiros com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes mercado externo, contas a pagar a fornecedores mercado externo e empréstimos.

Os valores registrados no ativo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada e monitorada pela Administração do Grupo, visando maximizar a rentabilidade do negócio para o acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre capital de terceiros e capital próprio.

Os ativos financeiros foram classificados como segue:

- i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo, e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo variações reconhecidas no resultado. Neste grupo estão incluídos caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras.

ii) Ativos financeiros disponíveis para venda:

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

iii) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data das demonstrações financeiras, os quais são classificados como ativo não circulante.

iv) Outros passivos financeiros

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo exercício.

Em 31 de dezembro de 2017, os passivos financeiros são compostos por: empréstimos e financiamentos e saldos a pagar a fornecedores estrangeiros e nacionais.

2.19. Normas, alterações e interpretações de normas

2.19.1 Normas, alterações e interpretações de normas para exercícios iniciais a partir de 01 de janeiro de 2017:

Resumo dos normativos emitidos ou revisados, cujas alterações passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2017.

Alterações à IAS 7 – Iniciativa de divulgação

Requerimento:

As alterações requerem que a entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as mudanças nos passivos resultantes de atividades de financiamento, incluindo mudanças que envolvem e não envolvem caixa.

As alterações são aplicáveis prospectivamente. As entidades não são obrigadas a apresentar informações comparativas para períodos anteriores quando adotam as alterações pela primeira vez.

Impacto nas demonstrações financeiras:

O Grupo revisou suas políticas e estimativas e entendeu que não há afetação nas suas demonstrações contábeis para essa norma.

Alterações à IAS 12 – Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas a realizar

Requerimento:

As perdas a realizar decorrentes de um instrumento de dívida mensurado a valor justo para o qual a base de cálculo permanece determinada ao custo dão origem a diferenças temporárias dedutíveis, independente se o titular do instrumento de dívida espera recuperar o respectivo valor contábil por meio de venda ou uso, ou se for provável que o emissor liquide todos os fluxos de caixa contratuais.

Ao avaliar se lucros tributáveis estarão disponíveis para que a diferença temporária dedutível possa ser utilizada e quando a legislação tributária restringe a utilização de perdas à dedução de lucros de um tipo específico (por exemplo, perdas de capital somente podem ser compensadas com ganhos de capital), uma entidade avalia a diferença temporária dedutível em conjunto com outras diferenças temporárias dedutíveis daquele tipo, mas separadamente de outros tipos de diferenças temporárias dedutíveis.

A estimativa de lucro tributável futuro provável pode incluir a recuperação de alguns dos ativos da entidade em valor acima do seu valor contábil se houver evidência suficiente de que é provável que a entidade conseguirá fazê-lo.

Ao avaliar a disponibilidade de lucros tributáveis futuros suficientes, uma entidade deve comparar as diferenças temporárias dedutíveis com os lucros tributáveis futuros, eliminando as deduções fiscais resultantes da reversão daquelas diferenças temporárias dedutíveis.

Impacto nas demonstrações financeiras:

O Grupo revisou suas políticas e estimativas e entendeu que não há afetação nas suas demonstrações contábeis para essa norma.

Alterações à IFRS 12 incluídas nas melhorias anuais ao ciclo de IFRS´s 2014 – 2016

Requerimento:

As melhorias anuais ao ciclo de IFRS´s 2014-2016 incluem alterações em várias IFRS´s, estando uma delas em vigor para os períodos anuais iniciados em ou após 01 de janeiro de 2017.

IFRS 1 – Adoção inicial (IFRS´s) – Eliminação de isenção de curto prazo para adotantes iniciais;

IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Joint Ventures – Avaliação de Joint Venture ao valor justo;

IFRIC 22 – Transações em moedas estrangeiras e adiantamentos – Aborda como deve ser definida a data da transação com o objetivo de determinar a taxa de cambio aplicável ao reconhecimento inicial do ativo;

IFRS 12 – Divulgação de participação em outras entidades – Esclarecimento que a entidade não necessita divulgar informações financeiras resumidas sobre participação em controladas, coligadas ou Joint Ventures classificadas como mantidas para venda.

Impacto nas demonstrações financeiras:

O Grupo revisou suas políticas e estimativas e entendeu que não há afetação nas suas demonstrações contábeis para as normas em questão. Exceto o IFRIC 22 que está sob avaliação, com vigência a partir de 01/01/2018.

2.19.2 Normas, alterações e interpretações de normas para exercício iniciado a partir de 01 de janeiro de 2018:

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para exercícios contábeis anuais futuros. Embora as IFRS's prevejam a adoção antecipada, no Brasil entes reguladores têm vedado essa antecipação para resguardar aspectos de comparabilidade. Dessa forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as referidas normas não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras:

CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros:

Requerimento:

Tem o objetivo, em última instância, de substituir o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento das IAS 39 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova norma, além das perdas incorridas será necessário registrar as perdas estimadas.

Foi eliminada a possibilidade da avaliação retrospectiva e da avaliação da eficácia do hedge accounting no intervalo entre 80 e 125%, para este último caso deverá a própria entidade avaliar a relação da eficácia do hedge. Também fica proibido a interrupção voluntária do hedge accounting se o objetivo de gestão de risco se mantiver.

Impacto nas demonstrações financeiras:

O Grupo avaliou os impactos detalhado dos três aspectos do CPC 48 (IFRS 9) em 2017. E essa avaliação toma como base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas. O Grupo não prevê em nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e demonstrações do resultado. Abaixo estão os principais tópicos avaliados:

- **Classificação e mensuração:** O Grupo continuará avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros que atualmente são mantidos a valor justo e para os ativos avaliados ao custo amortizado tais como contas a receber de clientes foram avaliados as características contratuais e de *riskscoring* de seus contratos;
- **Redução ao valor recuperável:** O Grupo segrega os ativos financeiros com base em suas características de risco e particularidades operacionais segregando seu contas a receber em construtoras/engenharia, consumidor final e revendedor, o Grupo espera aplicar uma abordagem simplificada e registrar as perdas esperadas em contas a receber de clientes. Além disso considerando os requisitos para cálculo de redução ao valor recuperável estabelecidos pelo CPC 48 (IFRS 9) o Grupo não reconhecia desta norma as perdas esperadas.
- **Contabilidade de hedge:** Considerando os controles atuais mantido pelo Grupo, não há fatores e/ou ajustes relevantes.

CPC 47 (IFRS 15) – Receita de contrato com cliente:

Requerimento:

A norma substitui o IAS 11 - Contratos de construção e IAS 18 - Receitas e correspondentes interpretações; os principais objetivos são: (i) eliminar inconsistências nos padrões de reconhecimento de receita, fornecendo princípios claros para o registro dos saldos contábeis; (ii) fornece um modelo de reconhecimento de receita único, aprimorando a comparabilidade da informação contábil-financeira; e (iii) simplificar o processo de elaboração das demonstrações financeiras. Aplicar-se-á a todos os contratos com clientes, exceto locações, instrumentos financeiros e contratos de seguro, tendo maior efetividade de alteração nos ramos de telecomunicações e incorporação imobiliária.

Impacto nas demonstrações financeiras:

O grupo avaliou os princípios fundamentais da IFRS 15 onde introduziu um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- Identificar o contrato com o cliente;
- Identificar obrigações de desempenho definidas em contrato;
- Determinar o preço da transação;
- Alocar o preço da transação as obrigações de desempenho previstas em contrato;
- Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

O Grupo reconhece receitas provenientes das seguintes principais fontes:

Exploração e beneficiamento do mineral crisotila, industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios, industrialização e comercialização de produtos e artefatos de fibrocimento, industrialização, exportação, comercialização, distribuição de louças sanitárias de cerâmica e acessórios para banheiro em geral.

Dentro das premissas de 5 passos para reconhecimento da receita o Grupo identificou obrigações de bonificação e multas por descumprimento contratual, que devem compor a receita a partir de 2018 porém não são significativas para o faturamento do Grupo.

2.19.3 Normas, alterações e interpretações de normas para exercício iniciado a partir de 01 de janeiro de 2019:

CPC 06 (IFRS 16, IAS 17) – Arrendamento Mercantil:

Requerimento:

A norma altera o entendimento sobre arrendamento mercantil para efetivar o registro como leasing financeiro. E entretanto, a nova norma prevê a facilidade de um registro único sob o modelo de balanço patrimonial. A norma estabelece também os princípios para reconhecimento e mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos. A norma incluiu duas isenções de reconhecimento para arrendatários: arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamento de curto prazo (até 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de

arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Impacto nas demonstrações financeiras:

O Grupo está em processo de avaliação do impacto da aplicação da IFRS 16/CPC 06(R2) e espera mudanças não relevantes na apresentação de arrendamentos operacionais que passarão a ser reconhecidos no balanço patrimonial a partir de sua vigência.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das principais práticas contábeis do Grupo, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas são continuamente avaliadas e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada exercício das demonstrações financeiras, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

3.1. Recuperabilidade do ágio por expectativa de rentabilidade futura

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

3.2. Vida útil dos bens do imobilizado

O Grupo revisa periodicamente os valores recuperáveis e estimativas de vida útil do imobilizado. São analisados fatos econômicos, mudanças de negócios, mudanças tecnológicas ou qualquer forma de utilização do bem que afete a vida útil desses ativos. As atuais taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos.

3.3. Perdas pela não recuperabilidade de ativos

O Grupo realiza testes de recuperação de seus ativos, notadamente de ágio e de outros ativos não circulantes, com base em projeções de fluxo de caixa descontado que levam em consideração premissas como: custo de capital, taxas de crescimento, metodologia para determinação de capital de giro, plano de investimentos e projeções econômico-financeiras de longo prazo. Adicionalmente, as projeções são atualizadas levando em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos

mercados de atuação da Companhia e suas controladas e controlada em conjunto, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa). Os testes de recuperação destes ativos são realizados anualmente em dezembro, sendo antecipados se eventos ou circunstâncias indiquem a necessidade. O valor presente do fluxo de caixa descontado, ou valor em uso é comparado com o valor contábil desse ativo.

3.4. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Administração do Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica. As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

3.5. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A provisão refere-se aos processos judiciais e autuações sofridas pelo Grupo. A obrigação é reconhecida no momento em que for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

3.6. Provisão para benefício pós-emprego

O valor atual da provisão para benefício pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculo atuarial, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto e inflação, entre outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 18. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	400	52	2.270	1.639
Aplicações em certificados de depósito bancários	4.522	3.313	4.687	3.504
	<u>4.922</u>	<u>3.365</u>	<u>6.957</u>	<u>5.143</u>

As aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), aplicadas em renda fixa, são remuneradas pela taxa média de 15,42% (15,69% em 2016) da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fundos de investimentos	<u>2.838</u>	<u>32</u>	<u>21.805</u>	<u>2.708</u>

Os fundos de investimentos, em sua maioria, são aplicados em renda fixa, remunerados pela taxa média de 102,4% da variação do CDI (106,2% em 2016).

São aplicações disponíveis para resgate (liquidez imediata), que não possuem prazo de

carência de resgate de quotas. As quotas podem ser resgatadas com o rendimento, conforme necessidade do Grupo.

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Mercado interno	60.690	89.718	76.442	121.174
Mercado externo	-	-	71.572	46.124
	60.690	89.718	148.014	167.298
Ajuste a valor presente	-	-	(119)	(317)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(3.197)	(4.883)	(5.998)	(8.318)
	<u>57.493</u>	<u>84.835</u>	<u>141.897</u>	<u>158.663</u>

Composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	53.212	78.623	119.887	141.747
Valores vencidos:				
Até 90 dias	2.899	5.469	19.227	14.580
Entre 91 e 180 dias	377	731	1.582	2.068
Entre 181 e 360 dias	1.319	830	1.634	1.990
Acima de 360 dias	2.883	4.065	5.684	6.913
	60.690	89.718	148.014	167.298
Ajuste a valor presente	-	-	(119)	(317)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(3.197)	(4.883)	(5.998)	(8.318)
	<u>57.493</u>	<u>84.835</u>	<u>141.897</u>	<u>158.663</u>

Movimentação da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	(4.883)	(3.885)	(8.318)	(7.991)
Adição	(3.358)	(2.847)	(5.593)	(4.956)
Reversão	1.642	867	2.985	1.536
Baixa	2.975	982	4.448	3.093
Reclassificações (*)	480	-	480	-
Incorporação	(53)	-	-	-
Saldo final	<u>(3.197)</u>	<u>(4.883)</u>	<u>(5.998)</u>	<u>(8.318)</u>

(*) Reclassificação de perda do ativo circulante para o não circulante na rubrica "Outros ativos não circulantes".

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Produtos acabados	38.708	58.390	59.143	107.403
Produtos semi-acabados	-	-	4.155	1.231
Revenda	4.834	7.396	6.634	10.253
Matérias-primas	14.580	21.771	21.540	23.479
Materiais auxiliares	6.456	7.096	18.602	21.497
(-) Perda estimada para redução ao valor realizável líquido (*)	(4.792)	(1.071)	(11.073)	(2.996)
	<u>59.786</u>	<u>93.582</u>	<u>99.001</u>	<u>160.867</u>

(*) Do montante total de perda estimada para redução ao valor realizável líquido, R\$486 no consolidado (R\$1.063 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a perda estimada no processo de desmontagem e reestruturação, registrada na rubrica "Perda por redução ao valor recuperável de ativos e provisão para reestruturação". O saldo residual refere-se a perda estimada com itens de giro lento e a provisão para itens com margem negativa com contrapartida rubrica "Custos dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados", na demonstração do resultado do exercício.

A movimentação da perda estimada para redução ao valor realizável líquido está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo inicial	(1.071)	(1.598)	(2.996)	(1.971)
Adição	(4.480)	(1.039)	(9.463)	(2.627)
Reversão	759	1.566	1.386	1.602
Saldo final	<u>(4.792)</u>	<u>(1.071)</u>	<u>(11.073)</u>	<u>(2.996)</u>

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	2.159	2.759	2.928	3.616
Imposto de renda retido na fonte – IRRF (**)	15.514	15.235	15.767	15.428
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ (**)	12.168	10.345	14.513	10.608
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	532	475	1.357	500
IRRF - Juros sobre o capital próprio	702	2.145	702	2.145
Incentivos fiscais (*)	178	1.061	282	1.188
Tributos sobre importações	-	893	-	893
Programa de integração social – PIS	-	-	1.797	1.256
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	-	-	8.279	4.059
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	150	217	593	647
Outros	468	494	1.265	2.267
	<u>31.871</u>	<u>33.624</u>	<u>47.483</u>	<u>42.607</u>
Circulante	7.293	9.289	12.637	17.861
Não circulante	24.578	24.335	34.846	24.746

(*) Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR, com objetivo de incrementar a implantação e a expansão de atividades que promovam o desenvolvimento industrial do Estado de Goiás.

(**) Imposto de renda retido na fonte, dos anos base 1999 e 1998, não prescritos, conforme Lei Complementar 118/2005. Os assessores jurídicos do Grupo entendem que a probabilidade de não recuperabilidade desses créditos é remota. Em 31 de dezembro de 2017 o processo aguardava apreciação e julgamento do Superior Tribunal de Justiça.

9. INVESTIMENTOS E PROVISÃO PARA PERDA EM INVESTIMENTOS

Investimentos nas controladas e provisão para perda no investimento da controlada em conjunto CSC:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	203.707	251.659	3.546	24.782
Adições aos investimentos	1.218	8.101	10.659	8.101
Resultado da equivalência patrimonial	(78.654)	(15.335)	(28.629)	(29.337)
Equivalência patrimonial dos resultados abrangentes	(12.536)	(424)	-	-
Juros sobre o capital próprio	(5.233)	(8.776)	-	-
Dividendos declarados	(4.899)	(31.518)	-	-
Transferência para provisão para perdas em investimentos	14.424	-	14.424	-
Saldo final	<u>118.027</u>	<u>203.707</u>	<u>-</u>	<u>3.546</u>
Saldo da provisão para perda em investimentos	<u>(14.424)</u>	<u>-</u>	<u>(14.424)</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2017, foi constituída provisão para perda em investimento no montante de R\$14.424. Foram realizados aportes de capital na CSC no montante de R\$10.659 em 2017 (R\$8.801 em 2016).

Resumo das principais informações dos investimentos em 31 de dezembro de 2017:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação %	Realização do lucros nos estoques	Resultado da equivalência patrimonial	Lucro não realizado nos estoques	Saldo de investimento	Provisão para perdas em investimento	Total em investimento
Controladas											
Sama S.A. - Minerações Associadas	186.461	158.148	28.313	(39.505)	99,99%	(2.018)	(37.487)	(1.556)	26.757	-	26.757
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	6.559	48	6.511	(802)	99,99%	-	(802)	-	6.511	-	6.511
Precon Goias Industrial Ltda.	40.156	8.993	31.163	7.230	99,99%	-	7.230	-	31.161	-	31.161
Eternit da Amazônia Industria de Fibrocimento Ltda.	98.090	65.451	32.639	(1.716)	99,99%	(667)	(1.049)	(93)	32.543	-	32.543
Tégula Soluções Para Telhados Ltda.	28.506	7.449	21.057	(18.103)	99,99%	-	(18.101)	-	21.055	-	21.055
Wagner Ltda.	-	-	-	184	99,85%	-	184	-	-	-	-
Subtotal controladas	<u>359.772</u>	<u>240.089</u>	<u>119.967</u>	<u>(52.712)</u>		<u>(2.685)</u>	<u>(50.025)</u>	<u>(1.649)</u>	<u>118.027</u>	<u>-</u>	<u>118.027</u>
Controlada em conjunto											
Companhia Sulamericana de Cerâmica	<u>186.212</u>	<u>210.251</u>	<u>(24.040)</u>	<u>(47.715)</u>	60,00%	-	(28.629)	-	(14.424)	14.424	-
Subtotal controlada em conjunto	<u>186.212</u>	<u>210.251</u>	<u>(24.040)</u>	<u>(47.715)</u>		<u>-</u>	<u>(28.629)</u>	<u>-</u>	<u>(14.424)</u>	<u>14.424</u>	<u>-</u>
Total controladora							<u>(78.654)</u>		<u>103.603</u>	<u>14.424</u>	<u>118.027</u>
Total consolidado							<u>(28.629)</u>		<u>(14.424)</u>	<u>14.424</u>	<u>-</u>

Resumo das principais informações dos investimentos em 31 de dezembro de 2016:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação %	Realização do lucro nos estoques	Resultado da equivalência patrimonial	Lucro não realizado nos estoques	Mais valia dos ativos líquidos	Saldo de investimento	Total em investimento
Controladas											
Sama S.A. - Minerações											
Associadas	229.985	144.620	85.365	27.002	99,99%	(2.126)	29.128	(3.575)	16.558	98.348	98.348
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	7.495	182	7.313	489	99,99%	-	489	-	-	7.313	7.313
Precon Goiás Industrial Ltda.	41.953	12.898	29.055	7.031	99,99%	-	7.031	-	-	29.053	29.053
Eternit da Amazônia Industria de Fibrocimento Ltda.	101.257	66.902	34.355	4.403	99,99%	75	4.328	(760)	-	33.592	33.592
Tégula Soluções Para Telhados Ltda.	51.923	24.760	27.163	(28.950)	99,99%	-	(28.947)	-	-	27.160	27.160
Wagner Ltda.	6.267	1.565	4.702	1.976	99,85%	-	1.973	-	-	4.695	4.695
Subtotal controladas	<u>438.880</u>	<u>250.927</u>	<u>187.953</u>	<u>11.951</u>		<u>(2.051)</u>	<u>14.002</u>	<u>(4.335)</u>	<u>16.558</u>	<u>200.161</u>	<u>200.161</u>
Controlada em conjunto											
Companhia Sulamericana de Cerâmica	<u>188.313</u>	<u>182.403</u>	<u>5.910</u>	<u>(48.895)</u>	<u>60,00%</u>	<u>-</u>	<u>(29.337)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.546</u>	<u>3.546</u>
Subtotal controlada em conjunto	<u>188.313</u>	<u>182.403</u>	<u>5.910</u>	<u>(48.895)</u>		<u>-</u>	<u>(29.337)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.546</u>	<u>3.546</u>
Total controladora							<u>(15.335)</u>			<u>203.707</u>	<u>203.707</u>
Total consolidado							<u>(29.337)</u>			<u>3.546</u>	<u>3.546</u>

10. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações da controladora com partes relacionadas

	Controladora				Consolidado				
	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2017		31/12/2016		31/12/2016
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Controladas:									
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	13.130	(6.531)	4.926	(1.155)	-	-	-	-	-
Precon Goiás Industrial Ltda.	867	(381)	2.373	(3.388)	-	-	-	-	-
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	-	(2.407)	127	(1.811)	-	-	-	-	-
Sama S.A.	3.735	(28.990)	5.928	(50.851)	-	-	-	-	-
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	859	-	12.744	(9)	-	-	-	-	-
Wagner Ltda.	-	-	-	(4.191)	-	-	-	-	-
Subtotal controladas	<u>18.591</u>	<u>(38.309)</u>	<u>26.098</u>	<u>(61.405)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Controlada em Conjunto:									
Companhia Sulamericana de Cerâmica	<u>9.202</u>	<u>(89)</u>	<u>16.703</u>	<u>-</u>	<u>9.202</u>	<u>(89)</u>	<u>16.703</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Subtotal controladas em conjunto	<u>9.202</u>	<u>(89)</u>	<u>16.703</u>	<u>-</u>	<u>9.202</u>	<u>(89)</u>	<u>16.703</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total em partes relacionadas	<u>27.793</u>	<u>(38.398)</u>	<u>42.801</u>	<u>(61.405)</u>	<u>9.202</u>	<u>(89)</u>	<u>16.703</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Circulante	17.754	(7.153)	14.819	(25.393)	-	(89)	718	-	-
Não Circulante	10.039	(31.245)	27.982	(36.012)	9.202	-	15.985	-	-

A Companhia detém o controle conjunto da Companhia Sulamericana de Cerâmica, portanto os saldos entre partes relacionadas da controladora são iguais aos do consolidado.

Ativo	Controladora											
	Contas a receber (i)		Notas de débito (ii)		Dividendos		Juros sobre o capital próprio		Adiantamento à fornecedores		Mútuo (iii)	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Controladas												
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda	-	-	20	19	-	-	-	-	13.110	4.907	-	-
Precon Goiás Industrial Ltda.	92	114	327	31	-	1.217	448	1.011	-	-	-	-
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	127	-	-	-	-	-	-
Sama S.A	-	-	1.317	328	-	4.178	1.392	1.422	-	-	1.026	-
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	-	-	22	41	-	-	-	706	-	-	837	11.997
Subtotal controladas	92	114	1.686	419	-	5.522	1.840	3.139	13.110	4.907	1.862	11.997
Controlada em conjunto												
Companhia Sulamericana de Cerâmica	1.913	425	1.284	293	-	-	-	-	-	-	6.005	15.985
Subtotal controlada em conjunto	1.913	425	1.284	293	-	-	-	-	-	-	6.005	15.985

Passivo	Controladora									
	Fornecedores (i)		Notas de débito (ii)		Aluguéis		Adiantamento de clientes		Mútuo (iii)	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Controladas										
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	(6.531)	(1.155)	-	-	-	-	-	-	-	-
Precon Goiás Industrial Ltda.	(367)	(1.947)	(14)	(26)	-	-	-	(1.415)	-	-
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	(46)	(1)	(46)	(74)	-	-	(2.315)	(1.736)
Sama S.A.	(12)	(19.539)	(48)	(36)	-	-	-	-	(28.930)	(31.276)
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	-	-	-	(9)	-	-	-	-	-	-
Wagner Ltda.	-	-	-	(4)	-	-	-	(1.187)	-	(3.000)
Subtotal controladas	(6.910)	(22.641)	(108)	(76)	(46)	(74)	-	(2.602)	(31.245)	(36.012)
Controlada em conjunto										
Companhia Sulamericana de Cerâmica	-	-	(89)	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal controlada em conjunto	-	-	(89)	-	-	-	-	-	-	-

- (i) Os saldos de compras e vendas referem-se basicamente a fornecimentos de matéria-prima (mineral crisotila e fibra sintética) e/ou produtos acabados e prestação de serviços e/ou contratos de locação, eliminados nas informações contábeis consolidadas da Companhia. O empreendimento controlado em conjunto, que tem consolidação por equivalência patrimonial, não é eliminado no consolidado.
- (ii) Referem-se basicamente a reembolsos de despesas sem vencimento predeterminado.
- (iii) Referem-se a contratos de mútuo sobre os quais incidem Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, IRRF e variação de 100% e 122% do CDI, com prazo de amortização de 24 meses a partir da data do aditamento, renováveis por mais 24 meses.

Resultado	Controladora											
	Vendas		Compras		Despesas Administrativas		Juros sobre mútuo despesa		Juros sobre mútuo receita		JCP receita	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Controladas												
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	-	-	(38.933)	(19.837)	-	-	-	-	-	-	-	-
Precon Goiás Industrial Ltda. Prel	8.249	10.084	(1.719)	(4.666)	-	(26)	-	-	-	-	2.131	2.096
Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	-	-	(694)	(1.175)	-	-	-	-	-	-
Sama S.A. Tégula Soluções para Telhados Ltda.	17	-	(30.233)	(67.734)	-	(36)	(2.951)	(5.043)	33	-	3.101	6.681
Subtotal controladas	<u>72</u>	<u>196</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>47</u>	<u>1.395</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>8.338</u>	<u>10.280</u>	<u>(70.885)</u>	<u>(92.237)</u>	<u>(694)</u>	<u>(1.237)</u>	<u>(2.951)</u>	<u>(5.043)</u>	<u>80</u>	<u>1.395</u>	<u>5.232</u>	<u>8.777</u>
Controlada em conjunto												
Companhia Sulamericana de Cerâmica	-	1.839	-	-	-	-	-	-	1.005	1.332	-	-
Subtotal controlada em conjunto	<u>-</u>	<u>1.839</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.005</u>	<u>1.332</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

As transações entre partes relacionadas são efetuadas em condições estabelecidas entre as partes, em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Grupo pagou e provisionou a seus administradores benefícios de curto e longo prazo, salários e remuneração variável, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Salários, honorários e benefícios	4.961	5.957	5.500	7.170
Encargos sociais	1.260	1.644	1.399	2.013
Participação nos lucros – PLRE	-	1.080	-	1.220
Benefício pós-emprego	168	85	168	85
Indenizações	1.072	-	3.504	-
	<u>7.461</u>	<u>8.766</u>	<u>10.571</u>	<u>10.488</u>
Provisão de bônus e encargos Sobre bônus	1.107	-	3.218	-
	<u>8.568</u>	<u>8.766</u>	<u>13.789</u>	<u>10.488</u>

A remuneração variável da diretoria é composta por uma parte a curto prazo e outra a longo prazo, de acordo com o atingimento de metas e resultados definidos pelo Conselho de Administração.

O bônus de incentivo anual, curto prazo, é calculado sobre a remuneração de dezembro do respectivo ano e pago ao diretor em parcela única, após apuração das metas e resultados e aprovação dos resultados do exercício na Assembleia Geral Ordinária.

O bônus de incentivo trienal, longo prazo, será devido e apurado anualmente, com base na remuneração de dezembro do ano da apuração do diretor e de acordo com as metas definidas em documentos próprios, pago após o 3ª ano a sua apuração e aprovação dos resultados do exercício em Assembleia Geral Ordinária.

No 3º ano da sua apuração, 50% do valor líquido recebido a título de bônus trienal (líquido de imposto e contribuição previdenciária), deverá ser utilizado para aquisição de ações da Eternit, através de uma corretora de mercado, devendo o diretor comprovar a aquisição das ações no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data em que efetivado o pagamento do bônus pertinente, ficando vedado dispor das mesmas ações pelo prazo de 1 (um) ano a contar da data da respectiva aquisição.

Não ocorrendo o atingimento das metas e resultados definidos, não haverá pagamento destes bônus, e em caso de não atingimento integral e dentro do mínimo estabelecido o pagamento será proporcional ao resultado atingido.

Esta prática faz com que os diretores compartilhem os riscos e os resultados com a Companhia, permitindo assim um maior alinhamento de interesses entre os executivos e acionistas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a posição acionária da Diretoria era de 325.100 ações - ETER3 (1.212.660 ações - ETER3 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016), conforme movimentação abaixo:

Movimentação das ações da Diretoria

Em 31 dezembro 2016	1.212.660
Compra	266.500
Venda	(192.900)
Outros (*)	<u>(961.160)</u>
Em 31 dezembro 2017	<u><u>325.100</u></u>

(*) Refere-se a movimentação ocorrida em decorrência da destituição de membros da diretoria durante o exercício 2017.

11. ATIVOS MANTIDOS PARA A VENDA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Condomínio Eldorado Bussiness Tower	796	796	796	796
Edifício Pantheon - São Paulo	-	-	3.033	-
Tégula – Unidade Anápolis	-	-	1.023	1.023
Tégula – Unidade Camaçari	-	-	935	935
Tégula – Unidade Frederico Westphalen	-	-	1.519	1.519
Tégula – Unidade Içara	-	-	-	1.018
	<u>796</u>	<u>796</u>	<u>7.306</u>	<u>5.291</u>

Os ativos descritos acima encontram-se disponíveis a venda, tendo sido contratada empresa especializada para fomentar os esforços relacionados a venda. O objetivo é a realização de caixa do Grupo. Para alguns dos referidos imóveis há possíveis compradores em fase de negociação.

O valor justo, menos as despesas de venda do negócio, são superiores aos valores contábeis dos ativos relacionados. Não existe passivos associados aos ativos mantidos para venda. Dessa forma, nenhuma perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida na reclassificação dos ativos e passivos como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2017.

12. IMOBILIZADO

	Controladora									
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Ferramentas e moldes	Instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizações em andamento	Total
Custo										
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.178	35.254	142.993	13.536	86.498	1.415	6.411	4.735	10.455	304.475
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	8.662	8.662
Baixas	-	(1)	(167)	-	(30)	(66)	(20)	(171)	-	(455)
Transferências	-	438	15.234	542	2.159	-	96	205	(18.674)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>3.178</u>	<u>35.691</u>	<u>158.060</u>	<u>14.078</u>	<u>88.627</u>	<u>1.349</u>	<u>6.487</u>	<u>4.769</u>	<u>443</u>	<u>312.682</u>
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	4.488	4.488
Baixas	-	(271)	(742)	-	(195)	(219)	(44)	(87)	-	(1.558)
Transferências	-	841	2.916	1	605	-	36	74	(4.473)	-
Transferência por recuperabilidade de crédito fiscal (*)	-	(282)	(5.928)	(77)	(781)	-	-	-	-	(7.068)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>3.178</u>	<u>35.979</u>	<u>154.306</u>	<u>14.002</u>	<u>88.256</u>	<u>1.130</u>	<u>6.479</u>	<u>4.756</u>	<u>458</u>	<u>308.544</u>
Taxas médias de depreciação	-	4%	8,6%	15%	10%	20%	10%	20%	-	-
Depreciação acumulada										
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	(20.870)	(52.066)	(11.412)	(57.183)	(987)	(3.644)	(3.393)	-	(149.555)
Adições	-	(836)	(5.026)	(601)	(5.695)	(51)	(490)	(454)	-	(13.153)
Baixas	-	1	155	-	30	66	16	170	-	438
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	<u>(21.705)</u>	<u>(56.937)</u>	<u>(12.013)</u>	<u>(62.848)</u>	<u>(972)</u>	<u>(4.118)</u>	<u>(3.677)</u>	-	<u>(162.270)</u>
Adições	-	(852)	(5.037)	(466)	(5.565)	(43)	(455)	(417)	-	(12.835)
Baixas	-	56	702	-	191	219	34	71	-	1.273
Transferência por recuperabilidade de crédito fiscal (*)	-	26	946	21	211	-	-	-	-	1.204
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	<u>(22.475)</u>	<u>(60.326)</u>	<u>(12.458)</u>	<u>(68.011)</u>	<u>(796)</u>	<u>(4.539)</u>	<u>(4.023)</u>	-	<u>(172.628)</u>
Perda por redução do valor Recuperável										
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perda de ativos por recuperabilidade de ativos por substituição da matéria-prima (amianto)	-	(612)	(3.627)	-	(1.280)	-	-	-	-	(5.519)
Perda por redução ao valor recuperável de ativos- "Impairment"	<u>(2.146)</u>	<u>(9.582)</u>	<u>(65.061)</u>	-	<u>(14.480)</u>	<u>(223)</u>	<u>(1.940)</u>	-	-	<u>(93.432)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>(2.146)</u>	<u>(10.194)</u>	<u>(68.688)</u>	-	<u>(15.760)</u>	<u>(223)</u>	<u>(1.940)</u>	-	-	<u>(98.951)</u>
Valor residual										
Em 31 de dezembro de 2016	3.178	13.986	101.123	2.065	25.779	377	2.369	1.092	443	150.412
Em 31 de dezembro de 2017	1.032	3.310	25.292	1.544	4.485	111	-	733	458	36.965

(*) Refere-se a transferência do montante de Pis e Cofins alocados aos itens do ativo imobilizado para a rubrica de impostos a recuperar, conforme lei nº 12.546/2011. A totalidade dos créditos transferidos foi compensado dentro do próprio exercício.

Eventuais bens do ativo imobilizado dados em garantia, estão divulgados conforme nota explicativa nº 31.

	Consolidado													
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Ferramentas e moldes	Instalações	Veículos	Veículos fora de estrada	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Desmobilização da Mina	Obras de contenção na Mina	Imobilizações em andamento	Total
Custo														
Saldos em 31 de dezembro de 2015	6.561	88.111	327.327	30.713	27.322	240.610	23.674	1.718	18.311	9.699	5.778	13.387	12.832	806.043
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.587
Baixas	(916)	(5.257)	(14.807)	-	(7.004)	(4.725)	(1.557)	-	(428)	(686)	-	-	(8)	(35.388)
Transferências	10	(2.093)	17.336	146	3.291	8.424	-	-	(2.553)	314	805	-	(25.680)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>5.655</u>	<u>80.761</u>	<u>329.856</u>	<u>30.859</u>	<u>23.609</u>	<u>244.309</u>	<u>22.117</u>	<u>1.718</u>	<u>15.330</u>	<u>9.327</u>	<u>6.583</u>	<u>13.387</u>	<u>1.731</u>	<u>785.242</u>
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.306	-	-	4.992
Baixas	-	(10.077)	(1.551)	-	-	(1.370)	(1.112)	-	(77)	(93)	-	-	(13)	(14.293)
Transferências	(1)	880	3.876	-	4	1.095	5	(2)	108	122	-	-	(6.087)	-
Reclassificação ativo mantido para venda	240	1.141	-	-	-	1.021	-	-	-	-	-	-	-	2.402
Transferência por recuperabilidade de crédito fiscal (*)	-	(282)	(5.928)	-	(77)	(781)	-	-	-	-	-	-	-	(7.068)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>5.894</u>	<u>72.423</u>	<u>326.253</u>	<u>30.859</u>	<u>23.536</u>	<u>244.274</u>	<u>21.010</u>	<u>1.716</u>	<u>15.361</u>	<u>9.356</u>	<u>10.889</u>	<u>13.387</u>	<u>623</u>	<u>775.581</u>
Taxas médias de depreciação	-	4%	8,6%	28,4%	15%	10%	20%	26,8%	10%	20%	2,9%	5,3%	-	-
Depreciação acumulada														
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	(50.981)	(116.737)	(27.809)	(24.475)	(184.532)	(21.078)	(1.670)	(10.613)	(7.237)	(1.781)	(5.083)	-	(451.996)
Adições	-	(2.221)	(11.899)	(2.244)	(1.486)	(13.926)	(839)	(46)	(1.146)	(880)	(263)	(823)	-	(35.773)
Baixas	-	2.101	6.226	-	6.619	2.807	1.527	-	304	659	-	-	-	20.243
Transferências	-	1.453	(1.147)	-	(1.085)	(822)	(2)	-	1.602	1	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>-</u>	<u>(49.648)</u>	<u>(123.557)</u>	<u>(30.053)</u>	<u>(20.427)</u>	<u>(196.473)</u>	<u>(20.392)</u>	<u>(1.716)</u>	<u>(9.853)</u>	<u>(7.457)</u>	<u>(2.044)</u>	<u>(5.906)</u>	<u>-</u>	<u>(467.526)</u>
Adições	-	(2.125)	(12.105)	(806)	(1.285)	(13.206)	(536)	-	(1.075)	(749)	(263)	(822)	-	(32.972)
Baixas	-	7.232	870	-	22	1.008	887	-	67	75	-	-	-	10.161
Transferências	-	5	-	-	1	(6)	-	1	(1)	-	-	-	-	-
Reclassificação ativo mantido para venda	-	(567)	-	-	-	(817)	-	-	-	-	-	-	-	(1.384)
Transferência por recuperabilidade de crédito fiscal (*)	-	26	946	-	21	211	-	-	-	-	-	-	-	1.204
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>-</u>	<u>(45.077)</u>	<u>(133.846)</u>	<u>(30.859)</u>	<u>(21.668)</u>	<u>(209.283)</u>	<u>(20.041)</u>	<u>(1.715)</u>	<u>(10.862)</u>	<u>(8.131)</u>	<u>(2.307)</u>	<u>(6.728)</u>	<u>-</u>	<u>(490.517)</u>
Perda por redução do valor recuperável														
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perda de ativos por recuperabilidade de ativos por substituição de matéria-prima (amianto)	-	(876)	(4.663)	-	(149)	(1.709)	-	-	-	-	-	-	-	(7.397)
Perda por redução ao valor recuperável de ativos	(3.551)	(13.309)	(71.050)	-	-	(21.979)	(549)	-	(3.627)	-	(3.007)	(4.946)	(32)	(122.050)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>(3.551)</u>	<u>(14.185)</u>	<u>(75.713)</u>	<u>-</u>	<u>(149)</u>	<u>(23.688)</u>	<u>(549)</u>	<u>-</u>	<u>(3.627)</u>	<u>-</u>	<u>(3.007)</u>	<u>(4.946)</u>	<u>(32)</u>	<u>(129.447)</u>
Valor residual														
Em 31 de dezembro de 2016	5.655	31.113	206.299	806	3.182	47.836	1.725	2	5.477	1.870	4.539	7.481	1.731	317.716
Em 31 de dezembro de 2017	2.343	13.161	116.694	-	1.719	11.303	420	1	872	1.225	5.575	1.713	591	155.617

Eventuais bens do ativo imobilizado dados em garantia, estão divulgados conforme nota explicativa nº 31.

Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no exercício

Perda de ativos por substituição da matéria-prima

Refere-se a provisão para perda efetuada durante o exercício de 2017 de itens do ativo imobilizado que eram exclusivamente relacionados a fabricação de produtos com amianto. Dessa forma, em virtude das alterações nos negócios do Grupo, em linha com o processo de reestruturação (conforme divulgado na nota explicativa nº 1), o Grupo entendeu que esses ativos perderam seu valor recuperável. Foram reconhecidos os montantes de perda de R\$5.519 na controladora e R\$7.397 no consolidado, registrados na rubrica “Perda por redução ao valor recuperável de ativos e provisão para reestruturação” na demonstração do resultado.

Perda por redução ao valor recuperável – teste de impairment

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo fez a revisão do valor recuperável de suas Unidades Geradoras de Caixa “UGC”. A revisão efetuada com base no cálculo do valor em uso, resultou no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável de R\$ 96.813 na controladora e R\$ 126.194 no consolidado, reconhecidas no resultado do exercício na rubrica “Perda por redução ao valor recuperável de ativos e provisão para reestruturação”.

O montante de perda registrada referem-se aos segmentos de fibrocimento, mineral crisotila e telhas de concreto, conforme abertura detalhada na nota explicativa nº 28 – Informações por segmento.

As premissas utilizadas no cálculo do valor em uso estão divulgadas conforme nota explicativa nº 34 – Perda por redução ao valor recuperável.

13. INTANGÍVEL

	Controladora				
	Software	Software em andamento	Total		
Custo					
Saldo em 31 de dezembro de 2015	13.068	1.693	14.761		
Adições	-	846	846		
Transferência	2.131	(2.131)	-		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	15.199	408	15.607		
Adições	-	619	619		
Baixas	(2)	-	(2)		
Transferência	823	(823)	-		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	16.020	204	16.224		
Vida útil (em anos)	5	-	-		
Amortização					
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(7.811)	-	(7.811)		
Adições	(1.727)	-	(1.727)		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(9.538)	-	(9.538)		
Adições	(1.706)	-	(1.706)		
Baixas	2	-	2		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(11.242)	-	(11.242)		
Perda por redução do valor recuperável					
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-		
Perda por redução ao valor recuperável de ativos	(3.381)	-	(3.381)		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(3.381)	-	(3.381)		
Valor residual					
Saldo em 31 de dezembro de 2016	5.661	408	6.069		
Saldo em 30 de dezembro de 2017	1.397	204	1.601		
Consolidado					
	Software	Ágio	Marcas e patentes	Software em andamento	Total
Custo					
Saldo em 31 de dezembro de 2015	22.713	19.995	1.416	1.693	45.817
Adições	-	-	-	1.113	1.113
Baixa	(65)	(3.436)	(466)	-	(3.967)
Transferências	2.398	-	-	(2.398)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	25.046	16.559	950	408	42.963
Adições	-	-	-	1.061	1.061
Baixas	(2)	-	-	-	(2)
Transferências	1.261	(1)	6	(1.266)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	26.305	16.558	956	203	44.022
Vida útil (em anos)	5	-	-	-	-
Amortização					
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(14.170)	-	-	-	(14.170)
Adições	(2.799)	-	-	-	(2.799)
Baixas	22	-	-	-	22
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(16.947)	-	-	-	(16.947)
Adições	(2.667)	-	-	-	(2.667)
Baixas	2	-	-	-	2
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(19.612)	-	-	-	(19.612)
Perda por redução do valor recuperável					
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-
Perda por redução ao valor recuperável de ativos	(4.144)	(16.558)	(956)	-	(21.658)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(4.144)	(16.558)	(956)	-	(21.658)
Valor residual					
Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.099	16.559	950	408	26.016
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.549	-	-	203	2.752

Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no exercício

O saldo de ágio foi originado quando da aquisição da controlada Sama e está alocado na UGC de mineral crisotila. O valor recuperável desta UGC, com base em fluxo de caixa descontados, resultou na baixa do ágio diretamente alocado nessa UGC, em função de não haver expectativa de rentabilidade futura. O valor de perda reconhecido no resultado foi de R\$ 16.558 na rubrica “Perda por redução ao valor recuperável de ativos e provisão para reestruturação” na demonstração do resultado.

Marcas e patentes

O montante de marcas e patentes registrados estão alocados diretamente na UGC de telhas de concreto. O valor recuperável desta UGC também foi baseado no valor justo menos os custos de venda, estimados com base em fluxos de caixa descontados e resultou na baixa do montante total. O valor de perda reconhecido no resultado foi de R\$ 956 na rubrica “Perda por redução ao valor recuperável de ativos e provisão para reestruturação” na demonstração do resultado.

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão descritas conforme nota explicativa nº nº 34 – Perda por redução ao valor recuperável.

14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Mercado interno	18.319	18.989	26.526	31.694
Mercado externo	558	1.613	558	1.872
	<u>18.877</u>	<u>20.602</u>	<u>27.084</u>	<u>33.566</u>

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Encargos financeiros	Controladora				
		31/12/2017		31/12/2016		
		Circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Para aquisição de máquinas e equipamentos	2,85% a.a. + Selic e 3,85% a.a. + TJLP	-	-	1.487	1.365	2.852
Total moeda nacional		-	-	1.487	1.365	2.852
Moeda estrangeira						
Para aquisição de máquinas e equipamentos (*)	2,85% a.a. + Selic e 3,85% a.a. + TJLP	1.339	1.339	2.890	1.339	4.229
Para aquisição de matéria-prima	De 2,71% e 2,73% a.a. + V.C. US\$	1.046	1.046	4.800	1.110	5.910
Para aquisição de matéria-prima	116,76% a.a. do CDI	-	-	1.699	-	1.699
Total moeda estrangeira		<u>2.385</u>	<u>2.385</u>	<u>9.389</u>	<u>2.449</u>	<u>11.838</u>
		<u>2.385</u>	<u>2.385</u>	<u>10.876</u>	<u>3.814</u>	<u>14.690</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2017, não havia saldos indexados pela SELIC e TJLP.

	Encargos financeiros	Consolidado					
		31/12/2017			31/12/2016		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional							
Para aquisição de máquinas e equipamentos	2,85% a.a.+ Selic e 3,85% a.a.+ TJLP	-	-	-	2.291	2.008	4.299
Para aquisição de máquinas, equipamentos e serviços	De 7,06% e 8,24% a.a.	2.868	33.790	36.658	165	36.493	36.658
Para capital de giro NCE	De 123,40% a 125,00% do CDI	10.614	-	10.614	21.091	-	21.091
Total moeda nacional		13.482	33.790	47.272	23.547	38.501	62.048
Moeda estrangeira							
Para aquisição de máquinas e equipamentos	De 2,98% a 3,23% a.a. + V.C. US\$	10.593	4.780	15.373	12.129	15.468	27.597
Para aquisição de matéria-prima	De 2,71% e 2,73% a.a. + V.C. US\$	1.046	-	1.046	4.800	1.110	5.910
Para aquisição de matéria-prima	116,76% a.a. do CDI	-	-	-	1.699	-	1.699
Para capital de giro NCE (Nota de crédito exportação)	118,00% do CDI	-	-	-	15.561	-	15.561
Para capital de giro ACE (Adiantamento de contrato de exportação)	2,80% e 4,22% a.a. + V.C. US\$	33.767	-	33.767	11.552	-	11.552
Total moeda estrangeira		45.406	4.780	50.186	45.741	16.578	62.319
		58.888	38.570	97.458	69.288	55.079	124.367

Os vencimentos do saldo do não circulante são conforme segue:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
2018	-	12.921
2019	8.835	9.720
2020	4.055	4.131
2021	4.055	4.055
2022	4.055	4.055
2023 até 2027	17.570	20.197
	38.570	55.079

O Grupo não possui cláusulas restritivas financeiras em seus contratos de empréstimos. Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo estava em conformidade com as cláusulas restritivas não financeiras.

Eventuais garantias estão divulgadas na nota explicativa 31.

16. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Férias	6.872	8.576	10.179	14.322
Participação nos lucros e resultados	177	1.314	803	4.232
Bônus	1.107	-	3.218	-
Fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS	288	576	397	1.002
Instituto nacional do seguro social – INSS	1.594	1.941	2.375	3.322
Outros	-	6	252	510
	10.038	12.413	17.224	23.388
Circulante	9.588	12.413	15.916	23.388
Não circulante	450	-	1.308	-

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	-	24	1.940
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	-	12	344
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (*)	6.412	9.854	9.127	15.356
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	1.582	2.410	1.775	2.832
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	955	1.960	1.487	2.642
Programa de integração social - PIS	207	397	316	546
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	695	1.021	1.115	1.967
Contribuição financeira de compensação de recursos minerais - CFEM	-	-	983	885
Outros	171	134	350	447
	<u>10.022</u>	<u>15.776</u>	<u>15.189</u>	<u>26.959</u>
Circulante	8.258	14.030	12.036	22.260
Não circulante	1.764	1.746	3.153	4.699

(*) ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais produzir e desenvolve na controladora, fomentar na controlada precon e produzir na controlada Tégula.

18. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

a) Benefícios futuros de saúde

O Grupo, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados. As premissas e os cálculos foram revisados e atualizados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

- (i) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios

	31/12/2017	31/12/2016
Taxa anual de juro atuarial real	5,08%	6,14%
Taxa anual real de evolução dos custos médicos	3,80%	3,80%
Taxa anual de inflação projetada	4,40%	5,15%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000

- (ii) Passivo de plano de benefício pós-emprego

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	2.926	3.184	4.870	5.115
Não circulante	38.883	37.128	63.960	50.104
	<u>41.809</u>	<u>40.312</u>	<u>68.830</u>	<u>55.219</u>

(iii) A despesa com o benefício foi registrada na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no resultado do exercício.

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Custo dos juros e serviços corrente	4.309	4.653	5.819	6.318
Benefícios pagos	<u>(3.184)</u>	<u>(2.752)</u>	<u>(5.115)</u>	<u>(4.892)</u>
Resultado líquido com benefício	<u>1.125</u>	<u>1.901</u>	<u>704</u>	<u>1.426</u>

b) Mudanças nas obrigações de benefícios e seus valores presentes definidos do plano em 2017:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora (valor presente)</u>	<u>Consolidado (valor presente)</u>
Em 1 de janeiro de 2017	40.312	55.219	25.954	34.150
Custo dos juros e serviços do exercício	4.309	5.819	4.309	5.819
Benefícios pagos	<u>(3.184)</u>	<u>(5.115)</u>	<u>(3.184)</u>	<u>(5.115)</u>
Ajustes de experiência	<u>372</u>	<u>12.907</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Em 31 de dezembro de 2017	<u>41.809</u>	<u>68.830</u>	<u>27.079</u>	<u>34.854</u>

c) Análise de sensibilidade:

<u>Controladora</u>	Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas			Sensibilidade do crescimento de custos médios sobre as obrigações calculadas		
	Real	Aumento (1%)	Redução (1%)	Real	Aumento (1%)	Redução (1%)
	Impacto na obrigação com benefício líquida	<u>41.809</u>	<u>(3.534)</u>	<u>3.861</u>	<u>41.809</u>	<u>3.735</u>
Variação		<u>(8,45%)</u>	<u>9,23%</u>		<u>8,93%</u>	<u>(8,19%)</u>

<u>Consolidado</u>	Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas			Sensibilidade do crescimento de custos médios sobre as obrigações calculadas		
	Real	Aumento (1%)	Redução (1%)	Real	Aumento (1%)	Redução (1%)
	Impacto na obrigação com benefício líquida	<u>68.830</u>	<u>(7.893)</u>	<u>9.058</u>	<u>68.830</u>	<u>8.852</u>
Variação		<u>(11,47%)</u>	<u>13,16%</u>		<u>12,86%</u>	<u>(11,22%)</u>

d) Os pagamentos a seguir apresentados representam as contribuições esperadas para os exercícios futuros a partir da obrigação do plano de benefício definido:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Dentro dos próximos 12 meses	2.926	3.184	4.870	5.115
Entre 2 e 5 anos	11.250	11.058	18.903	15.688
Entre 5 e 10 anos	11.945	10.785	20.412	14.606
Após 10 anos	<u>15.688</u>	<u>15.285</u>	<u>24.645</u>	<u>19.810</u>
	<u>41.809</u>	<u>40.312</u>	<u>68.830</u>	<u>55.219</u>

e) Plano de suplementação de aposentadoria:

O Grupo mantém contratado um plano de previdência complementar aberto com uma entidade de previdência privada devidamente autorizada. A contribuição é destinada a todos os colaboradores e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL, na modalidade de contribuição definida. Não existe necessidade de complemento à provisão registrada em 31 de dezembro de 2017.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Grupo e seus participantes efetuaram contribuições, para custeio dos planos de benefícios, nos montantes a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Contribuições efetuadas no exercício findo:	911	1.242	2.411	3.280

19. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamento de clientes	2.930	1.747	3.516	2.294
Comissões mercado interno	4.350	2.560	5.366	3.343
Comissões mercado externo	-	-	1.018	282
Provisão para destinação resíduos (*)	9.017	-	9.017	-
Provisão para garantia	884	-	1.169	-
Fretes a pagar	-	-	2.845	525
Outras contas a pagar	1.251	2.271	4.673	6.340
	<u>18.432</u>	<u>6.578</u>	<u>27.604</u>	<u>12.784</u>

(*) O Grupo constituiu provisão para a destinação de resíduos de telhas contendo o amianto crisotila em sua composição, os quais reutilizava em seu processo produtivo. Os resíduos são originados do processo de quebra ou devoluções e essa reutilização tem sido reduzida gradativamente de acordo com a produção de telhas com fibras sintéticas.

Foi efetuado o cálculo da provisão considerando resíduos em cada unidade de negócio além da estimativa de gastos com fretes e aterros. Essas provisões foram registradas na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado do exercício.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado no montante era de R\$334.251 e estava representado por 179.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, e era distribuído como segue:

Composição acionária	31/12/2017		31/12/2016	
	Acionistas	Ações	Acionistas	Ações
Pessoas físicas	9.673	148.570.748	10.507	138.669.276
Pessoas jurídicas	88	2.622.380	80	2.698.925
Pessoas residentes no exterior	38	5.708.626	71	12.990.161
Clubes, fundos e fundações	45	22.039.514	62	24.582.906
	9.844	178.941.268	10.720	178.941.268
Ações em tesouraria	1	58.732	1	58.732
	<u>9.845</u>	<u>179.000.000</u>	<u>10.721</u>	<u>179.000.000</u>

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$1.000.000 (um bilhão de reais), independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão de ações e as demais condições das respectivas subscrições e integralizações.

b) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2017, o valor de mercado das ações em tesouraria era de R\$54,00 (R\$78,00 em 31 de dezembro de 2016).

c) Resultado por ação

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Efeito da diluição		
Prejuízo do exercício atribuível aos controladores	<u>(276.338)</u>	<u>(37.683)</u>
Média ponderada da quantidade das ações ordinárias em circulação, deduzidas as médias das ações ordinárias em tesouraria	<u>178.941</u>	<u>178.941</u>
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	(1,5446)	(0,2106)

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo do exercício aos montantes usados para calcular o prejuízo básico e diluído por ação:

Não existe nenhum efeito dilutivo que deva ser considerado no cálculo anterior.

d) Dividendos

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio em aberto a pagar em 31 de dezembro de 2017, representam:

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Dividendos e juros sobre o capital próprio de exercícios anteriores	<u>189</u>	<u>426</u>
	<u>189</u>	<u>426</u>

c) Destinação do resultado do exercício

O Estatuto Social da Eternit prevê dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após as deduções legal e estatutária. Face ao prejuízo acumulado, não houve distribuição de proventos no exercício.

21. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

a) Precon - Subvenção para investimento - Agência de Fomento Goiás S.A empresa do Estado de Goiás - Fomentar

A Precon Goiás possui o benefício fiscal de redução de 70% sobre o ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no município de Anápolis/GO. A Precon Goiás utilizou R\$58.590 do montante contratado, restando um saldo de R\$26.484 a utilizar até o término do contrato deste benefício, em 31/12/2040.

No exercício findo em 31 dezembro de 2017, o valor do benefício totalizou R\$3.201 (R\$2.032 em 31 de dezembro de 2016). O benefício é tratado como Subvenção para investimento, pois conceitualmente a Precon Goiás se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade.

b) Eternit - Subvenção para investimento - Programa de desenvolvimento industrial de Goiás – Produzir

A Eternit possui benefício fiscal de redução de 73% sobre o ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no município de Goiânia/GO. A Companhia utilizou R\$31.827 do montante contratado, restando um saldo de R\$32.479 a utilizar até o término do contrato deste benefício, sendo o residual atualizado pelo IGPM, de 31 de dezembro de 2040.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o valor do benefício totalizou R\$1.943 (R\$6.083 em 31 de dezembro de 2016). O benefício é tratado como Subvenção para investimento, pois conceitualmente a Companhia se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade.

c) Eternit - Subvenção para investimento – Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - Desenvolve

A Eternit possui benefício fiscal de redução de 90% sobre o ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no município de Simões Filho/BA. A Companhia utilizou R\$4.879 do montante contratado até o término do contrato desse benefício, em 31 de dezembro de 2022.

O benefício é tratado como Subvenção para investimento, pois conceitualmente a Companhia se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade.

d) Eternit - Subvenção para investimento - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)

A Companhia possui o benefício de redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis com base no lucro da exploração em favor da Companhia. O prazo do benefício expira no ano calendário 2020.

O histórico das leis e concessão do benefício fiscal relacionados a cada um dos programas mencionados foram divulgados pela administração nestas demonstrações financeiras.

e) Eternit da Amazônia – Incentivo – Crédito Estímulo

A Eternit da Amazônia possui o benefício de redução de 90,25% de Crédito Estímulo do ICMS, conforme artigo 16 da Lei nº 2.826/03 (Inciso I Dec. 23.994/03), concedido pelo Governo do Estado do Amazonas para adequar as condições de competitividade dos produtos industrializados fibra sintética extrudada. No exercício de 2017, foi utilizado o montante de R\$3.580 (R\$0 em 31 de dezembro de 2016).

f) Eternit da Amazônia – Incentivo – Crédito Presumido

A Eternit da Amazônia utiliza o crédito presumido na aquisição de produtos industrializados de origem nacional para comercialização ou industrialização na Zona Franca de Manaus, conforme artigo 24 do Decreto 20.686/99, combinado com a Cláusula quarta do Convênio ICM nº 65/88. No exercício de 2017, foi utilizado o montante de R\$1.505 (R\$0 em 31 de dezembro de 2016).

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação do benefício (despesas) de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(261.740)	(44.434)	(244.947)	(27.727)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, a alíquotas nominais	88.992	15.108	83.282	9.427
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	(26.743)	(5.214)	(9.734)	(9.975)
Juros sobre o capital próprio	(1.779)	(2.984)	-	-
Incentivo Fiscal	-	-	1.012	271
Impairment	(40.423)	-	(51.376)	-
Efeito das diferenças temporárias não reconhecidas como impostos diferidos	(8.860)	-	(22.799)	-
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sem constituição do diferido	(25.260)	(582)	(33.190)	(5.315)
Outras (adições) exclusões líquidas	(575)	423	1.362	(4.363)
Imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado do exercício	(14.648)	6.751	(31.443)	(9.955)
Taxa Efetiva	5,6%	(15,9%)	12,8%	35,9%

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos refere-se ao imposto de renda e à contribuição social sobre diferenças temporárias na apuração de resultado tributável, prejuízos fiscais e base negativa, conforme segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2016	34.264	63.823
Constituição das diferenças temporárias	8.862	70.756
Reversão diferenças temporárias	(6.781)	(66.837)
Constituição sobre prejuízo fiscal	5.970	5.970
Lucro nos estoques	-	(1.057)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>42.315</u>	<u>72.655</u>
Constituição das diferenças temporárias	-	1.279
Reversão diferenças temporárias	(5.080)	(13.272)
Reversão sobre prejuízo fiscal	(9.569)	(13.754)
Lucro nos estoques	-	(1.383)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>27.666</u>	<u>45.525</u>

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social	34.686	18.995	63.719	25.401
Benefícios pós emprego	14.089	13.706	23.276	18.774
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	8.847	7.610	24.640	19.714
Lucros não realizados nos estoques	-	-	849	2.232
Provisão para perdas no recebimento de créditos	1.235	1.660	2.087	2.810
Provisão para participação nos lucros e resultados	60	447	119	1.429
Mercadorias não embarcadas	-	-	2.285	821
Outras provisões	2.869	(103)	3.420	1.474
Efeito das diferenças temporárias não reconhecidas como impostos diferidos	(8.860)	-	(22.799)	-
Efeito do prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos como impostos diferidos	(25.260)	-	(52.071)	-
	<u>27.666</u>	<u>42.315</u>	<u>45.525</u>	<u>72.655</u>

c) Expectativa de realização dos créditos tributários

i. Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo no ativo não circulante de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa encontra-se demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2017</u>
2018	852	1.060
2019	369	494
2020	924	1.066
2021	1.135	1.302
2022 a 2027	<u>6.146</u>	<u>7.726</u>
	<u>9.426</u>	<u>11.648</u>

O ativo fiscal diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de lucros tributáveis, realizados pela Companhia e por sua controlada Tégula até os próximos dez anos, considerando, também, que a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro anual, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira vigente, e é imprescritível e compensável com lucros tributáveis futuros.

No exercício findo em 31 de dezembro 2017, do montante de R\$172.019 do saldo consolidado de prejuízo fiscal (R\$114.855 em 2016) e R\$230.155 da base negativa de contribuição social (R\$172.992 em 2016), a Companhia não constituiu impostos diferidos para a parcela de R\$137.761 de prejuízo fiscal (R\$74.011 em 2016) e R\$195.897 para base negativa (R\$75.388 em 2016). Ambos em virtude de não haver projeções de resultados tributáveis futuros que confirmassem sua realização.

ii. Diferenças temporárias

Estima-se que o saldo do referente ao impostos de renda e contribuição social diferidas decorrentes das diferenças temporárias, será realizado conforme segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2017</u>
2018	3.217	6.510
2019	1.997	4.503
2020	1.306	3.831
2021	1.195	4.168
2022 a 2027	<u>10.525</u>	<u>14.865</u>
	<u>18.240</u>	<u>33.877</u>

Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social decorre não só do lucro tributável, mas também da existência de receitas não tributáveis, das despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação relevante entre o lucro líquido do Grupo e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

23. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTA

O Grupo possui diversos processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais.

A Administração do Grupo acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente e representa, a melhor estimativa provável de desembolso futuro do Grupo, com base nas informações disponíveis até a data de autorização destas demonstrações financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Processos trabalhistas (i)	41.714	39.280	57.289	51.282
Processos cíveis (i)	3.284	-	9.669	5.578
Processos tributários (ii)	10.097	7.695	36.388	33.143
	<u>55.095</u>	<u>46.975</u>	<u>103.346</u>	<u>90.003</u>

As movimentações na provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão apresentadas a seguir:

	Controladora			
	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	39.177	-	7.919	47.096
Adições	2.167	-	1.078	3.245
Reversões	(739)	-	(1.162)	(1.901)
Baixas	(1.325)	-	(140)	(1.465)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>39.280</u>	<u>-</u>	<u>7.695</u>	<u>46.975</u>
Adições	12.822	3.215	2.458	18.495
Reversões	(5.292)	(2)	(1.069)	(6.363)
Baixas	(5.025)	-	-	(5.025)
Incorporação	-	-	1.013	1.013
Transferências	(71)	71	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>41.714</u>	<u>3.284</u>	<u>10.097</u>	<u>55.095</u>

	Consolidado			
	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	48.581	4.918	30.782	84.281
Adições	5.207	660	3.663	9.530
Reversões	(961)	-	(1.162)	(2.123)
Baixas	(1.545)	-	(140)	(1.685)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>51.282</u>	<u>5.578</u>	<u>33.143</u>	<u>90.003</u>
Adições	21.441	4.062	11.030	36.533
Reversões	(8.002)	(715)	(8.012)	(16.729)
Baixas	(6.461)	-	-	(6.461)
Transferências	(971)	744	227	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>57.289</u>	<u>9.669</u>	<u>36.388</u>	<u>103.346</u>

- i) Na área trabalhista e cível as principais provisões englobam
- a) Indenizações que incluem dano moral e material e reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores que tem por objeto pedidos de (i) hora extra; (ii) adicional noturno; (iii) adicional de insalubridade e periculosidade; (iv) verbas rescisórias; entre outras.
 - b) Ação Civil Pública ajuizada em 2013 perante a Vara do Trabalho de São Paulo pelo Ministério Público do Trabalho contra a Companhia. Nesta ação se discutem assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional da antiga unidade industrial localizada na cidade de Osasco, Estado de São Paulo cujas atividades foram encerradas no início dos anos 1990. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, outra Ação Civil Pública ajuizada pela ABREA, também Vara do Trabalho, razão pela qual houve, por determinação judicial, a união das duas ações. Os pedidos visam o pagamento de indenização por dano moral coletivo, danos individuais, entre outros. Ambas ações, em 01 de março de 2016, foram julgadas em primeira instância parcialmente procedentes. Parte da decisão em primeira instância foi considerada como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia. A Companhia apresentou recurso contra a decisão de 1ª instância, tendo o Tribunal Regional do Trabalho reformado em parte a decisão de 1ª instância. Os termos mais significativos são: Exclusão das seguintes condenações, indenização por danos morais coletivos no valor de R\$100 milhões; indenização por danos morais no valor de R\$50 mil em favor de cada ex-trabalhador não diagnosticado com doenças relacionadas ao amianto; toda e qualquer discussão acerca de familiares de ex-empregados. Foram reduzidas as seguintes condenações: Danos morais e danos existenciais fixados em favor de cada ex-colaborador já diagnosticado com doenças relacionadas ao amianto para R\$100 mil e R\$50 mil, respectivamente; danos morais fixados em favor do Espólio de cada ex- trabalhador falecido após o ajuizamento das ações para R\$100 mil. Foi mantida a seguinte condenação: assistência médica integral para os ex-colaboradores diagnosticados com doenças relacionadas ao amianto. Desta decisão caberá recursos pelas partes. A provisão no montante de R\$21.110 foi constituída considerando as incertezas que rodeiam o valor reconhecido por vários meios de acordo com as circunstâncias, estando em linha com o IAS 37.39 (CPC 25.39), que prevê que na mensuração de provisão que envolve uma grande população de itens, a obrigação deve ser estimada ponderando-se todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas.
 - c) Em 2014, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho Ação Civil Pública contra a Companhia perante a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. Nesta ação discutem assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de danos morais coletivo no valor de R\$1 bilhão. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, pela ABREA outra Ação Civil Pública na mesma Vara do Trabalho. Parte da decisão em primeira instância foi considerada como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia e constituída provisão no montante de R\$ 800 mil. A Companhia apresentou recurso contra a decisão de 1ª instância, tendo o Tribunal Regional Federal condenando a Companhia no valor de R\$50 milhões de reais a título de dano moral coletivo entre outros. A Companhia apresentará recurso contra a decisão perante o TST.
 - d) Ação Civil Pública consumerista no montante de R\$ 2.954, ajuizada pelo Ministério Público Estadual do Estado do Rio de Janeiro, visando a proibição da comercialização e fabricação dos produtos que contenham amianto em sua composição no estado do Rio de Janeiro. A ação foi julgada improcedente, tendo sido reformada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para condenar a Companhia a pagar, cada uma, o valor de R\$1.000, corrigidos a partir da data da publicação do acórdão, a título de danos morais coletivos, acrescidos de juros legais de mora desde a data

da entrada em vigor da Lei Estadual que proibiu a comercialização de produtos com amianto, devendo ser esta a data considerada como do evento danoso”, condenar as rés-apeladas a absterem-se de fabricar e comercializar, no território do Estado do Rio de Janeiro, produtos que tenham em sua composição o amianto, em todas as suas formas.

ii) Na área tributária as principais provisões englobam:

- a) Variação de valores recolhidos a título de ICMS;
- b) Diferença de alíquotas recolhidas para o INSS; e
- c) Diferença de valores reconhecidos relacionados à CEFEM.

iii) Ações cuja probabilidade de perda é possível

Em 31 de dezembro de 2017, existiam reclamações trabalhistas, processos cíveis, processos tributários, e administrativos contra o Grupo, para os quais os consultores jurídicos classificaram com probabilidade de perda possível e que podem ser mensurados confiavelmente, o montante consolidado de R\$52.072 (R\$15.146 em 31 de dezembro de 2016), portanto, não foi registrada nenhuma provisão, para essas reclamações e processos.

Adicionalmente, tramitavam contra o Grupo as seguintes ações, cuja probabilidade de perda foi considerada pelos consultores jurídicos como possível e onde alguns valores não são mensuráveis até a presente data das demonstrações financeiras:

- a) Ações civis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, bem como ação popular com o mesmo objeto das ações civis públicas, cujo valor do pedido das ações montam em R\$50.000. A Ação civil pública referente à saúde foi julgada parcialmente procedente com a condenação em R\$500 milhões á título de danos morais coletivos entre outros. A Companhia apresentou recurso contra a decisão de 1ª instância, que se encontra pendente de julgamento. A ação de natureza ambiental ainda não foi julgada.
- b) Ação Civil Pública e uma ação popular, ambas relacionadas à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial da controlada SAMA.
- c) Partes da decisão julgada segunda instância do processo mencionado no item i “b”, desta nota foi considerada como perda possível pelos assessores jurídicos da Companhia.
- d) Em 2017, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho Ação Civil Pública contra a Companhia perante a Vara do Trabalho do Estado do Paraná. Nesta ação discutem assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de danos morais coletivo no valor de R\$85 milhões. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, pela APREAA outra Ação Civil Pública na mesma Vara do Trabalho. Ambas as ações ainda não foram julgadas.
- e) Em 2017, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho Ação Civil Pública contra a Companhia perante a Vara do Trabalho da Bahia. Nesta ação discutem assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de danos morais coletivo no valor de R\$225 milhões. A ação encontra-se pendente de julgamento.

Os depósitos judiciais para garantias de execução e depósitos recursais vinculados às provisões para riscos, estão classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta de venda de produtos e mercadorias	545.247	654.123	834.896	1.046.909
Receita bruta de prestação de serviços	1.496	1.839	1.496	1.839
Receita bruta de locação de imóveis	-	-	1.293	207
Descontos e abatimentos incondicionais	(1.202)	(1.519)	(1.683)	(1.867)
Impostos incidentes sobre as vendas	(134.667)	(159.680)	(170.263)	(219.614)
	<u>410.874</u>	<u>494.763</u>	<u>665.739</u>	<u>827.474</u>

25. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Custo dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados	(345.250)	(397.049)	(501.929)	(571.616)
Despesas com vendas	(40.008)	(60.616)	(76.545)	(106.593)
Despesas gerais e administrativas	(29.695)	(39.740)	(61.942)	(89.134)
Remuneração da Administração	(8.568)	(8.055)	(14.806)	(11.527)
	<u>(423.521)</u>	<u>(505.460)</u>	<u>(655.222)</u>	<u>(778.870)</u>
Matéria-prima consumida	(216.854)	(260.667)	(320.790)	(375.605)
Quebra de produto oriunda de novas tecnologias (*)	(7.145)	(2.042)	(7.547)	(2.156)
Despesas com pessoal e encargos	(97.957)	(117.691)	(128.946)	(162.669)
Materiais, energia elétrica e serviços	(36.052)	(44.226)	(43.356)	(58.678)
Serviços de terceiros	(17.441)	(22.363)	(44.552)	(50.823)
Depreciação e amortização (**)	(14.512)	(14.880)	(35.607)	(38.572)
Comissões sobre vendas	(10.217)	(12.353)	(15.759)	(18.105)
Despesas de vendas variáveis (***)	-	-	(14.111)	(18.373)
Aluguel de bens móveis	(6.321)	(6.546)	(8.958)	(10.525)
Gastos de paradas excepcionais	(2.950)	(2.648)	(8.948)	(5.707)
Despesas com viagens	(2.303)	(3.771)	(3.662)	(6.414)
Despesas com material e serviços de informática	(2.974)	(4.139)	(4.218)	(6.445)
Propaganda e publicidade	(1.002)	(9.135)	(1.846)	(11.499)
Contribuição para entidades de classe	(365)	(1.583)	(1.713)	(4.219)
Impostos e taxas	(1.250)	(1.197)	(2.750)	(3.528)
Perda em créditos de liquidação duvidosa	(1.716)	(1.980)	(2.608)	(3.420)
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques	(3.721)	527	(8.077)	38
Outras	(741)	(766)	(1.774)	(2.170)
	<u>(423.521)</u>	<u>(505.460)</u>	<u>(655.222)</u>	<u>(778.870)</u>

(*) Quebra no processo produtivo em função de maior participação de fibras sintéticas no processo produtivo.

(**) Contempla o valor de depreciação de parada excepcional de R\$705 na controladora e de R\$3.055 no consolidado (Em 2016 controladora R\$229 e no consolidado R\$1.899).

(***) Despesa com royalties variáveis sobre o faturamento da controlada SAMA pago ao Governo do Estado de Goiás.

26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Outras receitas operacionais:				
Venda de bens do imobilizado	69	22	674	3.395
Aluguéis	-	-	675	614
Crédito extemporâneo de PIS e COFINS	32	-	5.186	9.492
Benefício ICMS crédito estímulo	-	-	5.078	2.581
Outras	882	533	1.786	2.460
	<u>983</u>	<u>555</u>	<u>13.399</u>	<u>18.542</u>
Outras despesas operacionais:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(9.548)	338	(12.918)	(1.925)
Provisão para benefício pós-emprego	(4.309)	(4.653)	(5.819)	(6.318)
Recuperação ambiental	-	-	(1.388)	(1.262)
Garantia de qualidade	(1.705)	(967)	(2.176)	(1.192)
Substituição de produto avariado	(365)	(287)	(365)	(287)
Gastos com indenizações trabalhistas e cíveis	(7.542)	(5.869)	(10.415)	(5.159)
Custo da baixa de imobilizado e intangível	(285)	(18)	(1.234)	(274)
FibraPrev - previdência privada	-	-	-	(5.387)
Provisão para destinação resíduos (*)	(9.017)	-	(9.017)	-
Auto de infração	-	-	(967)	-
Outras	(2.758)	(1.322)	(8.565)	(5.130)
	<u>(35.529)</u>	<u>(12.778)</u>	<u>(52.864)</u>	<u>(26.934)</u>
Resultado operacional líquido	<u>(34.546)</u>	<u>(12.223)</u>	<u>(39.465)</u>	<u>(8.392)</u>

(*) O Grupo constituiu provisão para a destinação de resíduos de telhas contendo o amianto crisotila em sua composição, os quais reutilizava em seu processo produtivo. Os resíduos são originados do processo de quebra ou devoluções e essa reutilização tem sido reduzida gradativamente de acordo com a produção de telhas com fibras sintética.

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	(785)	(1.028)	(7.530)	(12.333)
Juros sobre mútuo	(2.951)	(5.043)	-	-
Juros passivos	(89)	(163)	(1.115)	(621)
Despesas bancárias	(1.990)	(2.238)	(2.392)	(2.657)
Descontos concedidos	(3.400)	(2.977)	(3.690)	(4.677)
IOF	(557)	(593)	(715)	(885)
PIS e COFINS	(861)	(899)	(1.173)	(1.308)
Variações cambiais passivas	(957)	(12.326)	(15.507)	(42.114)
Variações monetárias passivas das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(2.584)	(1.682)	(6.886)	(5.482)
Outras	(144)	(399)	(168)	(1.158)
	<u>(14.318)</u>	<u>(27.348)</u>	<u>(39.176)</u>	<u>(71.235)</u>
Receitas financeiras:				
Rendimento aplicações financeiras – incluindo certificado de depósitos bancários	309	255	1.109	1.235
Descontos obtidos	93	245	743	665
Juros ativos	1.103	1.434	3.514	3.857
Juros sobre mútuo	1.085	2.727	1.005	1.332
Variações monetárias ativas	1.241	1.079	1.378	1.097
Variações cambiais ativas	1.083	15.429	14.985	42.556
	<u>4.914</u>	<u>21.169</u>	<u>22.734</u>	<u>50.742</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(9.404)</u>	<u>(6.179)</u>	<u>(16.442)</u>	<u>(20.493)</u>

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Administração definiu como segmentos operacionais Fibrocimento, Mineral Crisotila, Telhas de Concreto e outros. As informações apresentadas nas colunas outros referem-se a gastos não diretamente atribuíveis a esses segmentos.

Os segmentos operacionais definidos pela alta Administração estão demonstrados a seguir:

Descrição	Controladora e Consolidado	
	Área geográfica	
Fibrocimento	Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste	
Mineral crisotila	Mercados local e externo	
Telhas de concreto	Mercado local	
Outros	Mercado local	

As principais informações consolidadas por segmento de negócio, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são as seguintes:

		31/12/2017								
		Ativo	Passivo	Receita líquida	Lucro bruto	Prejuízo antes dos impostos	Depreciação e amortização	Perda por redução ao valor recuperável	Resultado financeiro	IRPJ/CSLL
Fibrocimento										
	Sudeste	119.031	31.782	84.553	14.345	(32.207)	(4.468)	(26.088)	(1.648)	(2.989)
	Sul	31.196	43.391	116.388	19.762	(44.319)	(4.915)	(35.938)	(2.268)	(4.114)
	Centro-Oeste	66.623	49.736	167.707	39.492	(52.842)	(4.865)	(34.142)	(3.267)	(5.929)
	Norte e Nordeste	17.504	29.862	79.734	13.528	(30.372)	(2.607)	(24.601)	(1.553)	(2.819)
		<u>234.354</u>	<u>154.771</u>	<u>448.382</u>	<u>87.127</u>	<u>(159.740)</u>	<u>(16.855)</u>	<u>(120.769)</u>	<u>(8.736)</u>	<u>(15.851)</u>
Mineral crisotila										
	Mercado local	186.461	158.148	23.951	14.749	423	(5.163)	(3.254)	(550)	(1.523)
	Mercado externo	-	-	139.431	53.049	(30.358)	(7.512)	(18.942)	(3.204)	(8.864)
		<u>186.461</u>	<u>158.148</u>	<u>163.382</u>	<u>67.799</u>	<u>(29.935)</u>	<u>(12.675)</u>	<u>(22.196)</u>	<u>(3.754)</u>	<u>(10.387)</u>
Telhas de concreto										
	Mercado local	25.528	6.671	30.043	7.709	(12.308)	(2.707)	(8.141)	(341)	(4.207)
Outros (*) Mercado local										
		117.279	73.522	23.932	1.176	(42.963)	(3.370)	-	(3.611)	(998)
Total		<u>563.622</u>	<u>393.112</u>	<u>665.739</u>	<u>163.810</u>	<u>(244.946)</u>	<u>(35.607)</u>	<u>(151.106)</u>	<u>(16.442)</u>	<u>(31.443)</u>

(*) Contemplado (R\$28.629) de equivalência patrimonial da controlada em conjunto Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A, atuante no segmento de louças. Vide nota explicativa nº 9. Investimentos.

31/12/2016

	Ativo total	Passivo	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro (prejuízo) antes dos impostos	Depreciação e amortização	Perda por redução ao valor recuperável	Resultado financeiro	IRPJ/CSLL
Fibrociimento									
Sudeste	254.781	27.460	96.919	19.074	(2.900)	(4.655)	-	(1.050)	916
Sul	48.207	36.721	147.288	29.031	(4.363)	(5.197)	-	(1.596)	1.392
Centro-Oeste	85.579	48.534	191.667	43.137	(318)	(4.810)	-	(2.077)	1.812
Norte e Nordeste	<u>32.219</u>	<u>25.147</u>	<u>90.496</u>	<u>17.810</u>	<u>(2.708)</u>	<u>(2.559)</u>	-	<u>(981)</u>	<u>855</u>
	420.786	137.862	526.370	109.052	(10.289)	(17.221)	-	(5.704)	4.975
Mineral crisotila									
Mercado local	229.984	144.620	92.877	58.714	21.893	(5.953)	-	(6.514)	(5.016)
Mercado externo	-	-	134.245	72.725	19.539	(8.661)	-	(9.416)	(7.250)
	<u>229.984</u>	<u>144.620</u>	<u>227.122</u>	<u>131.439</u>	<u>41.432</u>	<u>(14.614)</u>	-	<u>(15.930)</u>	<u>(12.266)</u>
Telhas de concreto									
Mercado local	48.609	21.601	41.804	8.142	(24.670)	(3.107)	(3.796)	(1.522)	(671)
Outros (*)									
Mercado local	143.069	78.716	32.178	7.225	(34.200)	(3.630)	-	2.663	(1.993)
Total	<u><u>842.448</u></u>	<u><u>382.799</u></u>	<u><u>827.474</u></u>	<u><u>255.858</u></u>	<u><u>(27.727)</u></u>	<u><u>(38.572)</u></u>	<u><u>(3.796)</u></u>	<u><u>(20.493)</u></u>	<u><u>(9.955)</u></u>

(*) Contemplado (R\$29.337) de equivalência patrimonial da controlada em conjunto Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A., atuante no segmento de louças. Vide nota explicativa nº 9. Investimentos.

29. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados pelo Grupo, sob orientação de seus consultores de seguros, contra eventuais riscos, estão relacionados a seguir. Esses seguros têm vencimento médio em Julho de 2018.

Modalidade	Bens cobertos	Valor da cobertura
Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade civil geral, lucros cessantes e veículos	Edifícios, instalações, equipamentos e outros	R\$396.716

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

30.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, o Grupo mantém coberturas securitárias para os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio e/ou o resultado do Grupo, considerando os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A seguir está apresentada uma tabela de comparação por tipo de instrumentos financeiros do Grupo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos financeiros:				
Mensurados ao custo amortizado:				
Contas a receber	57.493	84.835	141.897	158.663
Partes relacionadas	27.793	42.801	9.202	16.703
	<u>85.286</u>	<u>127.636</u>	<u>151.099</u>	<u>175.366</u>
Mensurados ao valor justo:				
Caixa e equivalentes de caixa	4.922	3.365	6.957	5.143
Aplicações financeiras	2.838	32	21.805	2.708
	<u>7.760</u>	<u>3.397</u>	<u>28.762</u>	<u>7.851</u>
Total ativos financeiros	<u>93.046</u>	<u>131.033</u>	<u>179.861</u>	<u>183.217</u>
Passivos financeiros:				
Mensurados ao custo amortizado:				
Fornecedores	18.877	20.602	27.084	33.566
Empréstimos e financiamentos	2.385	14.690	97.458	124.367
Partes relacionadas	38.398	61.405	89	-
	<u>59.660</u>	<u>96.697</u>	<u>124.631</u>	<u>157.933</u>
Mensurado ao valor justo:				
Instrumentos financeiros derivativos	-	383	-	687
	<u>-</u>	<u>383</u>	<u>-</u>	<u>687</u>
Total passivos financeiros	<u>59.660</u>	<u>97.080</u>	<u>124.631</u>	<u>158.620</u>

b) Hierarquia do valor justo

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

30.2. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros do Grupo referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos. O principal propósito desses passivos financeiros são captar recursos para as operações. O Grupo possui como ativos financeiros as contas a receber de clientes, depósitos a vista e aplicações financeiras que resultam diretamente de suas operações. Assim, o Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito.

O Grupo dispõe de procedimentos para administrar e utilizar instrumentos de proteção.

I. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuro de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. O risco de mercado engloba quatro tipos de risco no caso do Grupo: a) Risco de câmbio, b) Risco de taxa de juros, c) Risco de prejuízo na produção devido à escassez de fornecimento de matéria-prima e insumos, tais como Amianto (contexto operacional) e d) Riscos associados ao crescimento.

a) Riscos de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais do Grupo (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional do Grupo).

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo possuía as seguintes exposições a uma moeda diferente da sua moeda funcional:

	Consolidado		Cotação em
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017 US\$1,00 = R\$1,00)
Clientes no mercado externo	71.572	46.124	3,3074 US\$
Fornecedores no mercado externo	(558)	(1.872)	3,3080 US\$
Adiantamento de contrato de exportação	(33.767)	(11.552)	3,3080 US\$
Financiamentos (USD) (*)	(16.419)	(33.495)	3,3080 US\$
Financiamentos (USD) SWAP	-	(678)	3,3080 US\$
Total da exposição cambial	<u>20.828</u>	<u>(1.473)</u>	

(*) Não contemplado os financiamentos com *SWAP*, cujo o efeito está demonstrado em linha específica.

a1) Análise de sensibilidade

De forma a medir o impacto econômico de variações cambiais dos instrumentos financeiros do Grupo, foram efetuados quatro cenários em relação à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2017, conforme abaixo.

Saldos (moeda estrangeira) Consolidado	Risco	Taxa	Depreciação da taxa		Apreciação da taxa	
		Posição em 31/12/2017	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
USD		3,3074	1,6537	2,4806	4,1343	4,9611
Clientes mercado externo	USD	71.572	(35.786)	(17.893)	17.893	35.786
USD		3,3080	1,6540	2,4810	4,1350	4,9620
Fornecedores mercado externo	USD	(558)	279	140	(140)	(279)
ACE	USD	(33.767)	16.884	8.442	(8.442)	(16.884)
Financiamentos	USD	(16.419)	8.210	4.105	(4.105)	(8.210)
Total das exposições		<u>20.828</u>	<u>(10.413)</u>	<u>(5.206)</u>	<u>5.206</u>	<u>10.413</u>

b) Riscos de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A Administração do Grupo tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI.

As exposições ativas (passivas) à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	4.522	3.313	4.687	3.504
Aplicações financeiras de curto prazo	2.838	32	21.805	2.708
Empréstimos e financiamentos	-	(1.878)	(10.614)	(22.969)
Total da exposição à taxa de juros	<u>7.360</u>	<u>1.467</u>	<u>15.878</u>	<u>(16.757)</u>

A Administração do Grupo avalia periodicamente suas aplicações e equivalentes de caixa para evitar risco de perda, considerando a instabilidade da atual política monetária. Dessa forma, o Grupo avalia periodicamente a possibilidade de contratos com derivativos para proteger esse risco.

Análise de sensibilidade para curva de juros utilizada nos instrumentos financeiros:

Aplicações financeiras - consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2017	Projeção receitas financeiras - um ano			
			Risco de redução		Risco de aumento	
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI		6,89%	3,45%	5,17%	8,61%	10,34%
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	CDI	4.687	(161)	(81)	81	161
Aplicações financeiras (investimentos de curto prazo)	CDI	21.805	(751)	(376)	376	751
Total aplicações		26.492	(912)	(457)	457	912
			Projeção despesas financeiras - um ano			
			Risco de redução		Risco de aumento	
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Empréstimos e financiamentos - consolidado		Posição em 31/12/2017				
CDI		6,89%	3,45%	5,17%	8,61%	10,34%
Empréstimos e financiamentos	CDI	10.614	(366)	(183)	183	366

c) Risco de crédito

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado pelo Grupo diariamente, e é entendimento que o risco é minimizado pelo fato das vendas serem efetuadas para um grande número de clientes. Esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão, assim como a exposição máxima ao risco de crédito está refletido na rubrica "perda em créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber", conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

O Grupo avalia periodicamente a sua carteira de clientes e para 31 de dezembro de 2017, nenhum cliente individualmente possuía representatividade significativa em comparação ao total das contas a receber e faturamento individual e consolidado.

Depósitos à vista e aplicações financeiras

O Grupo está sujeito também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. A Administração do Grupo considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras sediadas no Brasil.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

e) Gestão do capital

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve mudança nos objetivos, nas políticas ou nos processos de estrutura de capital quando comparado com o ano de 2016. O Grupo inclui na estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	Alavancagem		Alavancagem	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos	2.385	14.690	97.458	124.367
Instrumentos financeiros derivativos	-	383	-	687
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(4.922)	(3.365)	(6.957)	(5.143)
Dívida líquida	(2.537)	11.708	90.501	119.911
Patrimônio líquido	170.502	459.633	170.510	459.649
Dívida líquida e patrimônio líquido	173.039	447.925	80.009	339.738

31. COMPROMISSOS E GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2017 o Grupo possuía as seguintes garantias:

- (i) Seguro-garantia para compra e venda de energia elétrica pela controlada Sama, no montante de R\$3.924, com a Pottencial Seguradora S.A., cujo vencimento é em 25 de Fevereiro de 2019 e beneficiária Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda;
- (ii) Fiança bancária para garantia do pagamento de execução fiscal - Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM firmado com a Sama S.A, no montante de R\$1.671, com o Banco Bradesco, com vencimento indeterminado;
- (iii) Fiança bancária em conjunto, no valor de R\$31.976, que corresponde a 60% de participação da controlada em conjunto CSC, para a instalação da fábrica de louças sanitárias, com o Banco Bradesco, com vencimento em 25 de janeiro de 2019;
- (iv) Fiança corporativa para operações de capital de giro e financiamento de importação (FINIMP) com instituições bancárias, no montante de R\$97.014, e vencimento entre janeiro de 2018 e Novembro de 2019;
- (v) Cessão Fiduciária de Recebíveis da Companhia em favor do Banco ABC Brasil no valor de R\$15.000 para garantia da operação de crédito da controlada em conjunto CSC, até o limite da participação societária de 60%;
- (vi) Concessão de bens do ativo imobilizado oferecidos como garantia de processos judiciais, no montante de R\$2.150;
- (vii) Em dezembro de 2014, a Eternit da Amazônia firmou compromisso na ordem de R\$37.384, referente a cédula de crédito bancário, com o Banco da Amazônia, para implementar sua fábrica de pesquisa e desenvolvimento em Manaus. Como garantia foi oferecido pelo Grupo um imóvel e respectivas benfeitorias, situado no Rio de Janeiro-RJ, sendo seu valor de custo no montante de R\$62.500;
- (viii) Seguro-garantia para garantia de débitos de ação anulatória referente a cobrança de débito de COFINS no valor de R\$6.350, com vigência de 26 de outubro de 2015 a 26 de outubro de 2020;

- (ix) Seguro-garantia para compra e venda de energia elétrica sendo a Eternit a tomadora, no montante de R\$1.949, com a Pottencial Seguradora S.A., com vencimento em 31 de Dezembro de 2018, e beneficiária Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda;
- (x) Fiança bancária referente garantia do financiamento à Agência de Fomento de Goiás, firmado com a Companhia, no montante de R\$4.456, junto ao banco Bradesco, com vencimento em 30 de abril de 2018;
- (xi) Fiança bancária referente a garantia do financiamento à agência de Fomento Goiás, firmado com a Tégula, no montante de R\$1.515, no Banco Bradesco, com vencimento em 27 de Junho de 2018.

32. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DA MINA

Ambiente

A controlada Sama registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação, para tal emprega equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, inclusive com o auxílio de especialistas externos, quando necessário, e segue o Plano Ambiental de Fechamento da Mina – PAFEM, conforme lei 9.985 de 18 de julho de 2000, avaliando os gastos com base em cotações de mercado.

A controlada Sama registra a atualização da recuperação ambiental, de acordo com o seu valor justo, conforme os critérios a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Taxa de desconto	7,5% a.a.	10% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	4% a.a.	5% a.a.

	<u>Consolidado</u>	
Valor presente dos desembolsos esperados	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2023	14.795	5.216
2024	2.468	4.477
2025	1.421	2.320
2026 a 2034	888	1.865
Total	<u>19.572</u>	<u>13.878</u>

A recuperação ambiental da mina ocorrerá entre 2023 e 2034 conforme alterações de prazo já detalhadas no contexto operacional.

O valor total de despesas reconhecidas com recuperação ambiental da mina no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$1.388 (R\$1.262 em 31 de dezembro de 2016), calculado com base na produção atual de mineral crisotila.

33. PROVISÃO DE REESTRUTURAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO

Em 2016 o Grupo iniciou um processo de reestruturação em suas unidades de negócios com foco na recuperação da rentabilidade. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os valores em aberto e movimentação referentes à provisão para reestruturação e desmobilização de parte dos ativos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Provisão para desmobilização e reestruturação	2.103	2.586
Perda estimada na recuperabilidade de ativo das unidades desativadas Tégula	<u>10.878</u>	<u>11.727</u>
Total de ajuste com perda na recuperabilidade e provisão de reestruturação	<u>12.891</u>	<u>14.313</u>

<u>Desmobilização</u>	<u>Provisão para desmobilização</u>	<u>Perda estimada na recuperabilidade de ativo</u>	<u>Total de desmobilização</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.064	11.727	12.791
Reversão	-	(849)	(849)
Baixa por pagamento	<u>(836)</u>	<u>-</u>	<u>(836)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>228</u>	<u>10.878</u>	<u>11.106</u>

<u>Reestruturação</u>	<u>Gastos com pessoal nas unidades de negócio</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.522
Adições (*)	20.671
Baixa por pagamento	<u>(20.318)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>1.875</u>

(*) As adições do exercício referem-se a unidades fabris que não estavam inclusas no processo iniciado em dezembro de 2016.

34. PERDA POR REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

Durante os exercícios de 2017 e 2016 o Grupo revisou o valor recuperável de seus ativos. A metodologia adotada para o teste de recuperabilidade dos ativos do Grupo, foi a de fluxo de caixa descontado para cada Unidade Geradora de Caixa (UGC). Foram submetidas às UGC's de Fibrocimento (Companhia e Precon Goiás), Telhas de Concreto (Tégula), Fios de Polipropileno (Eternit da Amazônia) e Mineração (Sama). As UGCs são agrupadas da mesma forma que a divisão por segmento.

A perda por redução ao valor recuperável foi incluída na rubrica "Perda estimada por não recuperabilidade de ativos, provisão para reestruturação e desmobilização", na demonstração do resultado conforme demonstrado abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Perda estimada por não recuperabilidade de ativos - "Impairment" (*)	(96.813)	-	(127.150)	(360)
Perda estimada por não recuperabilidade de ativos - Ágio (**)	(16.558)	-	(16.558)	(3.436)
Total	(113.371)	-	(143.708)	(3.796)

(*) Vide nota explicativa 12 e (**) Vide nota explicativa 13.

As premissas utilizadas para cada unidade de negócio estão destacadas abaixo:

34.1. UGC de Telhas de Fibrocimento:

Período projetivo 2017: Utilizado o horizonte de projeção de 11 anos referente a vida útil remanescente dos ativos.

Para a taxa de desconto foi utilizado o conceito do WACC de 12,72% (11,83% em 2016), depois dos impostos, ao ano.

	31/12/2017			
	2018	2019	2020	2021 a 2028
Volume (*)	2%	2%	2%	2%
Preço	3%	3%	3%	3%
Custo/Despesas (**)	3%	3%	3%	4%

(*)1% abaixo da mediana da projeção do PIB de 3% a.a, em função de a Companhia seguir uma taxa de crescimento constante ou decrescente, conforme CPC 01.

(**) A partir de 2021 foi admitido 4%, dado que nem sempre é possível repassar ao preço a inflação recebida nos insumos e matérias-primas, em linha com as projeções de instituições bancárias brasileiras.

Período projetivo 2016: Utilizado o horizonte de projeção de 12 anos referente a vida útil remanescente dos ativos.

	31/12/2016			
	2017	2018	2019	2020 a 2029
Volume	3%	3%	3%	3%
Preço	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Custo/Despesas	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%

Outras premissas 2017:

- CAPEX mínimo para manutenção dos ativos. Para o ano de 2019 foi considerado um investimento adicional na controlada Precon Goiás para que possa produzir telhas sem amianto. Este investimento é necessário para que esta unidade possa operar com produtos sem amianto, plano este já contemplado nos negócios da Companhia;
- Para o capital de giro foi considerado a média de dias de faturamento líquido para todos os anos da projeção. No último ano de projeção este capital regressa como entrada de caixa.

Outras premissas 2016:

- CAPEX mínimo para manutenção dos ativos;
- Para o capital de giro foi considerado um percentual sobre o faturamento líquido, ano a ano com base no capital de giro de 2016 ajustado. No último ano de projeção este capital regressa como entrada de caixa.

34.2. UGC de Telhas de Concreto:

Período projetivo 2017: Utilizado o horizonte de projeção de 12 anos referente a vida útil remanescente dos ativos.

	31/12/2017			
	2018	2019	2020	2021 a 2028
Volume (*)	2%	2%	2%	3%
Preço	3%	3%	3%	3%
Custo/Despesas (**)	3%	3%	3%	4%

(*) 1% abaixo da mediana da projeção do PIB de 3% a.a, em função de a Companhia seguir uma taxa de crescimento constante ou decrescente, conforme CPC 01.

(**) A partir de 2021, será admitido 4% dado que nem sempre é possível repassar ao preço a inflação recebida nos insumos e matérias-primas, em linha com as projeções de instituições bancárias brasileiras, exceto para principal matéria-prima de polipropileno onde foi considerado 3%a.a. uma vez que a mesma é adquirida de empresas do próprio grupo.

Período projetivo 2016: Utilizado o horizonte de projeção de 13 anos referente à vida útil remanescente dos ativos.

Para a taxa de desconto foi utilizado o conceito do WACC de 12,72% (12,81% em 2016), depois do imposto de renda, ao ano.

	31/12/2016			
	2017	2018	2019	2020 a 2029
Volume	3%	3%	3%	3%
Preço	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Custo/Despesas	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%

Outras premissas 2017:

Capex mínimo para manutenção dos ativos.

Para o capital de giro foi considerado uma média de dias de faturamento líquido para os anos da projeção. No último ano de projeção este capital regressa como entrada de caixa.

Outras premissas 2016:

Capex do primeiro ano aprovado para manutenção estrita, corrigido pela inflação nos demais anos. Reposição de moldes em 2026;

Para o capital de giro foi considerado um percentual sobre o faturamento líquido, ano a ano com base no capital de giro de 2016. No último ano de projeção este capital regressa como entrada de caixa.

34.3. UGC Mineração

Período projetivo 2017:

A reserva mineral conhecida e prospectada (vida útil da mina) é para mais de 35 anos, com base no atual volume de vendas. A não publicação do acórdão e conseqüentemente da fluência do prazo para oposição dos embargos de declaração, a qual será discutido um

prazo mínimo de modulação, impõe uma incerteza de quanto tempo a SAMA poderá operar.

Portanto, com base na reserva mineral conhecida e prospectada, cujo direito de lavra foi concedido pelo Governo Federal e Estadual à SAMA, a melhor estimativa contábil para o período projetivo considerado pela administração foi de 5 (cinco) anos, cujo foco será exclusivo à exportação.

O modelo de operação que está sendo proposto pela SAMA, segue o modelo das minas canadenses que operaram exclusivamente com exportação a partir do momento em que houver restrição para o mercado interno.

Para a taxa de desconto foi utilizado o conceito do WACC de 14,32% (12,31% em 2016), depois do imposto de renda, ao ano.

	31/12/2017			
	2018	2019	2020	2021 e 2022
Volume (*)	3%	3%	3%	3%
Preço	3%	3%	3%	3%
Custo/Despesas (**)	3%	3%	3%	4%

(*) 1% abaixo da mediana da projeção do PIB de 3% a.a, foi admitido o mesmo volume de vendas de 2018 para os demais anos de projeção, em função de operar exclusivamente com exportação.

(**) A partir de 2021, pensando em ter uma projeção mais conservadora, dado que nem sempre é possível repassar ao preço a inflação recebida nos insumos e matérias-primas, foi admitido 4% a.a., em linha com as projeções de instituições bancárias brasileiras.

Período projetivo 2016: De acordo com o nível de extração e beneficiamento de minério, a UGC tem minério prospectado e conhecido até 2032 de acordo com o PAFEM (Plano Anual de Fechamento de Mina).

	31/12/2016			
	2017	2018	2019	2020 a 2032
Volume	2,5%	2,5%	2,5%	3%
Preço	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Custo/Despesas	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%

Outras premissas 2017:

Capex mínimo para manutenção dos ativos.

Para o capital de giro foi considerado uma média de dias de faturamento líquido para os anos da projeção. No último ano de projeção este capital regressa como entrada de caixa.

Outras premissas 2016:

Capex do primeiro ano aprovado para manutenção estrita. Para os demais anos foi considerado o valor da depreciação como base;

34.4. UGC de Fibras de Polipropileno (Manaus):

Período projetivo 2017: Utilizado o horizonte de projeção de 27 anos referente a vida útil remanescente dos ativos.

Para a taxa de desconto foi utilizado o conceito do WACC de 12,72%, depois do imposto de renda, ao ano.

Nesta UGC para o ano de 2016 não foram efetuadas análises visto o período de maturação do negócio.

	31/12/2017			
	2018	2019	2020	2021 a 2044
Volume	3%	3%	3%	3%
Preço (*)	(11%)	3%	3%	3%
Custo/Despesas (**)	3%	3%	3%	4%

(*) A redução do preço em 2018 refere-se a mudança na política de formação de preço em linha com o preço praticado no mercado internacional. A partir de 2021, dado que nem sempre será possível repassar ao preço a inflação recebida nos insumos e matérias-primas, a premissa utilizada será de 3%.

(**) Para os exercícios de 2018 e 2020 a premissa utilizada para custos e despesas será de 3% e a partir de 2021 será considerado 4%, em linha com as projeções de instituições bancárias brasileiras.

Outras premissas 2017:

CAPEX mínimo para manutenção dos ativos.

Para o capital de giro foi considerado uma média de dias de faturamento líquido para os anos da projeção. No ultimo ano de projeção este capital regressa como entrada de caixa.

35. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O grupo realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento que não afetaram caixa e equivalentes de caixa, e essas atividades não foram incluídas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Aumento de investimento com amortização de mútuo	11.996	-	-	-
Crédito de impostos a recuperar sobre imobilizado	5.864	-	5.864	-
Aquisição de salas comerciais - Dação	-	796	-	796
Transferências - Imobilizado x Ativo não circulante mantido para venda	-	-	3.033	-
Transferências -Ativo não circulante mantido para venda x Imobilizado	-	-	(1.018)	-
Incorporação depósitos judiciais (ii)	1.013	-	-	-
Incorporação impostos a recuperar (ii)	67	-	-	-
Incorporação outros ativos circulantes (ii)	130	-	-	-
Incorporação partes relacionadas ativo (ii)	4.693	-	-	-
Incorporação investimentos (ii)	(4.886)	-	-	-
Incorporação partes relacionadas passivo (ii)	(2)	-	-	-
Incorporação impostos, taxas e contribuições a recolher (ii)	(2)	-	-	-
Incorporação provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (ii)	(1.013)	-	-	-
Benefícios futuros a ex-empregados	372	3.823	12.907	4.466
	<u>3.808</u>	<u>796</u>	<u>4.347</u>	<u>796</u>

(ii) Incorporação da controlada Wagner S.A. pela controladora Eternit.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC")

O Ministério Público do trabalho do Estado da Bahia distribuiu, em fevereiro de 2018, perante a Vara do Trabalho de Simões Filho execução, no valor de R\$42.635 mais custas, sob a alegação de que a Companhia teria descumprido TAC assinado em 2002. Nesse contexto, a Companhia apresentou exceção de pré-executividade por entender que a execução não tem fundamentos e indicou sucessivamente dois imóveis e suas benfeitorias, situado nas cidades de Simões Filho/BA e Anápolis/GO, em garantia da referida execução. O processo se encontra em estágio muito inicial, tendo os assessores jurídicos estimado como possível a probabilidade de perda dos pedidos definitivos da execução.

b) Recuperação Judicial

Em 19 de março de 2018 a Companhia protocolou o Pedido de Recuperação Judicial ("Pedido de RJ"), conforme divulgado na nota explicativa nº 1.3 – Contexto Operacional).

O referido Pedido de RJ foi deferido em 16 de abril de 2018, pela 2ª Vara de Falência e Recuperações Judiciais do Estado São Paulo.

c) Adiantamento de contrato de exportação Sama

Subsequentemente ao encerramento do exercício de 2017, a controlada Sama, obteve das instituições financeiras contratos de empréstimos na modalidade de Adiantamento de contrato de exportação (ACE) no montante total de R\$53.828. Os contratos foram firmados com três diferentes instituições financeiras, sendo, Banco Bradesco R\$34.731, Banco do Brasil R\$15.805 e Banco Safra R\$ 3.292 com prazos de vencimento entre fevereiro e agosto de 2018.

d) Ação Civil Pública de Vitória da Conquista/BA

Foi publicada em 10 de abril de 2018 a decisão de primeira Instância proferida pela 1ª Vara da Justiça Federal de Vitória da Conquista/BA, em face de sua controlada SAMA nos autos da Ação Civil Pública ("ACP") ajuizada pelo Ministério Público Federal ("MPF") e pelo Ministério Público do Estado da Bahia, a fim de apurar danos ambientais supostamente existentes na antiga mina de São Felix, município de Poções/BA.

Dentre os pedidos do MPF, o mais relevante, e que foi atendido pelo Juízo Federal, foi a fixação de indenização por dano moral ambiental coletivo no montante de R\$ 31 milhões e decretação de indisponibilidade do ativo não-circulante da SAMA, com o bloqueio de distribuições de lucros até o limite da referida condenação judicial. Tal decisão judicial foi proferida em primeira Instância, podendo ser objeto de recursos, não sendo, portanto, definitiva.

Segundo os assessores jurídicos da Sama, a imposição judicial já foi contestada por meio de embargos de declaração e será objeto de apelação ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Ainda segundo a assessoria jurídica responsável pela referida ACP, a probabilidade de perda é considerada como possível além da condenação ser desproporcional e em desacordo com os parâmetros legais vigentes.

A ACP se refere à mina de São Felix, que teve operação encerrada em 1967, com o cumprimento de todas as medidas técnicas e jurídicas vigentes à época, ressaltando que a atividade ali exercida era devidamente regulamentada e licenciada pelas autoridades competentes e conforme o previsto na legislação em vigor no País à época.

Conselho de Administração

Marcelo Gasparino da Silva - Presidente do Conselho de Administração

François Moreau

Marcelo Munhoz Auricchio

Louise Barsi

Raphael Manhães Martins

Conselho Fiscal

Paulo Henrique Zukanovich Funchal - Coordenador

Aloisio Macário Ferreira de Souza

Cristiane Mendonça

Diretoria

Luis Augusto Barcelos Barbosa - Presidente da Diretoria

Rodrigo Angelo Inácio

Rodrigo Lopes da Luz

Welney de Souza Paiva

Contador

Kelly Aparecida Mendes dos Santos - Coordenadora de Contabilidade

CRC nº 1SP280871/o-4

ETERNIT S.A. – Em Recuperação Judicial

C.N.P.J. nº 61.092.037/0001-81

NIRE 35.300.013.344

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Eternit S.A. – Em Recuperação Judicial, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e correspondentes notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

O relatório dos auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu, é de abstenção de opinião, fundamentada exclusivamente no pedido de Recuperação Judicial da Companhia e de suas controladas, cujo pedido foi deferido pelo Juízo da 2ª Vara de Falências da Comarca de São Paulo/SP em 16 de abril de 2018, estando em curso o prazo de 60 (sessenta) dias para a Companhia apresentar o Plano em Juízo.

Os representantes da Deloitte afirmaram que o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e correspondentes notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 são idôneas e refletem a situação patrimonial do referido período.

Sendo assim, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelo Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária.

São Paulo, 26 de abril de 2018.

Paulo Henrique Zukanovich Funchal

Aloisio Macário Ferreira de Souza

Cristiane do Amaral Mendonça

Júlia Monturil Martins - Secretária

Eternit S.A.- Em recuperação judicial

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2017 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Eternit S.A. – Em recuperação judicial
São Paulo - SP

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eternit S.A.- Em recuperação judicial (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Devido à relevância dos assuntos descritos na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Base para abstenção de opinião

Conforme descrito na nota explicativa nº 1.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia, em conjunto com suas controladas e controlada em conjunto, protocolou pedido de recuperação judicial em 19 de março de 2018 o qual foi deferido em 16 de abril de 2018. A Companhia deve apresentar o plano de recuperação judicial no prazo de 60 dias, a partir da data de deferimento do pedido de recuperação judicial. Adicionalmente, conforme descrito na nota explicativa nº23, a Companhia e suas controladas são parte em diversas ações cíveis públicas e, também, aguarda a decisão das ações judiciais que estão sendo julgadas pelo Supremo Tribunal Federal, sobre a proibição do uso do amianto crisotila no Brasil.

Considerando as incertezas relacionadas a aprovação do plano de recuperação judicial em assembleia geral de credores, os possíveis impactos nos negócios da Companhia e de suas controladas sobre as discussões da proibição do amianto crisotila no Brasil e as possíveis consequências adversas das ações cíveis públicas ajuizadas contra a Companhia e suas controladas, não é possível expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido à possível interação dessas incertezas e seus possíveis efeitos cumulativos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como, concluirmos se o pressuposto de continuidade, base para a elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, é apropriado nessas circunstâncias.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Fomos contratados para avaliar também as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Para a emissão do nosso relatório, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os

critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Entretanto, devido à relevância dos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião sobre essas demonstrações do valor adicionado, bem como se elas são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Conseqüentemente, não expressamos opinião ou qualquer afirmação sobre elas.

Demonstrações financeiras auditadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria e sem modificações, com data de 17 de março de 2017.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo *International Accounting Standards Board*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

São Paulo, 27 de abril de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Manoel Pinto da Silva
Contador
CRC nº SP 205664/O-2